



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Comunicação Organizacional

MATHEUS FERNANDES FERREIRA DE OLIVEIRA

**Por outro olhar: a cobertura jornalística da BBC Brasil no
processo de impeachment da Dilma Rousseff**

Brasília

2017

Matheus Fernandes Ferreira de Oliveira

**Por outro olhar: a cobertura jornalística da BBC Brasil no
processo de impeachment da Dilma Rousseff**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Comunicação Organizacional.

Orientadora: Prof. Dra. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa

Brasília

2017

Matheus Fernandes Ferreira de Oliveira

**Por outro olhar: a cobertura jornalística da BBC Brasil no
processo de impeachment da Dilma Rousseff**

Apresentado em 27 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Janara Kalline Leal Lopes de Sousa (Orientadora)

Professora Doutora Fernanda Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva

Mestra Luísa Martins Barroso Montenegro

Mestra Natália Oliveira Teles da Silva (Suplente)

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe, Eliane, que sempre batalhou para que eu e meus irmãos realizássemos nossos sonhos. Aos meus professores, em especial à minha orientadora, Janara, pelo conhecimento e sabedoria compartilhados ao longo da minha graduação. Também agradeço a todos os meus amigos e amigas, que me deram uma razão para sorrir todos os dias. Aos meus irmãos, Vinícius e Milena, máximo respeito. À Gabriella, minha namorada, todo o amor possível. A todos que compartilharam e contribuíram para que eu chegasse até aqui, meu muito obrigado.

*“A maior demonstração
De propagação do ser é o eco
Com ele meu grito tem força
Pra derrubar todos os prédios”
— Boogarins, “Avalanche”*

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura jornalística publicada no site da BBC Brasil durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. As matérias foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin, com delimitação de categorias e análise quantitativa e qualitativa dos assuntos abordados. Os conceitos de impeachment, escândalo e radiodifusão pública foram utilizados como base para a pesquisa, somados a uma contextualização histórica dos fenômenos pesquisados. Como objeto de estudo deste trabalho, foi escolhida a BBC, organização britânica de radiodifusão, presente há mais de 70 anos no Brasil. Por meio da observância de aspectos históricos dos meios de comunicação no Brasil e associando-os à realidade de um veículo de outro país, buscou-se traçar um panorama acerca da atuação da BBC Brasil durante o processo de impeachment, além de fornecer subsídios para o debate sobre o sistema público de radiodifusão brasileiro e sobre a atuação da imprensa em casos dessa natureza. Ao final, concluiu-se que a BBC Brasil realizou, de forma geral, uma cobertura condizente com seus princípios éticos de pluralidade, equilíbrio e profundidade de informação. Contudo, também foram apontados desafios para o cumprimento de tais princípios.

Palavras-chave: Cobertura jornalística, Impeachment, BBC, Radiodifusão pública, Análise de conteúdo

ABSTRACT

This work analyzes the newspaper coverage published on the BBC Brazil website during the impeachment process of Dilma Rousseff. The contents were analyzed through the content analysis technique, according to Laurence Bardin, with demarcation of categories, and quantitative and qualitative analysis of the content discussed. The concepts of impeachment, scandal, and public broadcasting were used as the basis for research, added to a historical contextualization of the phenomena researched. The British Broadcasting Corporation was chosen as the object of study of this work, as a company present for more than 70 years in Brazil. Through the observance of historical aspects of Brazilian media and associating them with the reality of the press from another country, it sought to draw a panorama on BBC Brazil's performance during the impeachment process, and to provide subsidies for the debate on the Brazilian public broadcasting system, as well on the press' performance and relevance in such cases. It concludes that BBC Brazil conducted a comprehensive coverage based on its ethical principles of plurality, equilibrium and depth of information. However, challenges to fulfil such principles were also pointed out.

Keywords: News coverage, Impeachment, BBC, Public broadcasting, Content analysis

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Exemplo de panfleto escandaloso, circulado no século XVIII	23
Figura 2: Logo da organização BBC.....	50
Gráfico 1: Quantidade de matérias por categoria.....	61
Figura 3: Entrevista com especialista de consultoria de risco político internacional.	62
Figura 4: Entrevista com líderes das manifestações pró e contra o impeachment...	63
Figura 5: Matéria que contextualiza o processo de impeachment em curso	64
Figura 6: Cobertura das manifestações favoráveis ao impeachment.....	65
Figura 7: Cobertura das manifestações contrárias ao impeachment.....	66
Figura 8: Matéria analisa os impactos do impeachment para o Brasil.....	67
Figura 9: Entrevista com o presidente do Conselho de Ética da Câmara	67

LISTA DE SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão)
STF	Supremo Tribunal Federal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
MPF	Ministério Público Federal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas
G20	Grupo dos 20
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (acrônimo que se refere aos países membros fundadores do bloco)
FIFA	Federação Internacional de Futebol
COI	Comitê Olímpico Internacional
UIT	União Internacional das Telecomunicações
ACIE	Associação de Correspondentes da Imprensa Estrangeira
Ofcom	Office of Communications (Agência Reguladora de Comunicações da Grã-Bretanha)
Afsca	Autoridad Federal de Servicios de Comunicación (Autoridade Federal de Serviços de Comunicação da Argentina)
ONGs	Organizações não governamentais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O PROCESSO DE IMPEACHMENT	15
1.1 O que é impeachment?	15
1.2 Caso Dilma Rousseff	17
1.3 O escândalo político	19
1.3.1 Conceito de escândalo	19
1.3.2 O escândalo como evento midiático	21
1.3.3 O contexto político por trás do impeachment	26
1.3.4 A cobertura do impeachment pela imprensa comercial brasileira	32
2 JORNALISMO DE INTERESSE PÚBLICO	36
2.1 Sistema público de radiodifusão	36
2.2 Ética no jornalismo	42
2.3 O olhar internacional.....	45
3 BRITISH BROADCASTING CORPORATION - BBC	49
3.1 Breve contextualização histórica	49
3.2 A atuação da BBC no Brasil	52
3.2.1 Código de ética da BBC	56
4 METODOLOGIA	59
4.1 <i>Corpus</i> da pesquisa.....	61
4.2 Descrição dos resultados	62
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

INTRODUÇÃO

O contexto político e social brasileiro atual revela um ambiente extremamente volátil, em que o princípio de liberdade de expressão é confundido com discurso de ódio e disseminação de informações falsas, e que afeta os indivíduos direta e indiretamente.

Os veículos de comunicação possuem um papel primordial nesse contexto. São eles que, por essência, devem transmitir ao cidadão informações de interesse público, com objetividade, equilíbrio e pluralidade. A função desses meios é, por meio da transmissão de informações, elucidar aos cidadãos o que ocorre e apresentar um cenário claro de reflexão sobre o fato explicitado, seja ele um texto, uma imagem, um áudio ou um vídeo, de forma livre – conforme menciona a Constituição Federal do Brasil, no artigo 220¹: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.

No entanto, da mesma forma em que se encontra o contexto político e social do Brasil, o setor jornalístico apresenta instabilidade semelhante, o que na verdade já acontece há algumas décadas. Os obstáculos vão da redução nas tiragens dos jornais impressos, passando pelas demissões nas redações e culminando na emergência da internet, cuja dinâmica forçou criações de novas rotinas produtivas que enxugaram ainda mais os quadros das redações.

Com o processo de democratização do acesso à internet, o público – anteriormente classificado como o receptor das mensagens que os meios emitiam – passou a ser um ator mais ativo nos processos de comunicação da sociedade, impulsionado pelas plataformas de mídias sociais. Diante desse cenário, a responsabilidade do jornalista é desafiadora. Deve-se buscar a excelência na execução de seu trabalho, com menos colegas trabalhando ao seu lado e com uma urgência maior em transmitir informações quase que de modo instantâneo. O cenário atual desperta reflexões sobre como transmitir um conteúdo com profundidade e prazos cada vez menores. O surgimento da Internet provocou

¹ Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 set. 2017

mudanças estruturais na atividade jornalística, de mesma forma em que outros paradigmas foram modificados inúmeras vezes na história da profissão.

O primeiro desses paradigmas vem da busca do jornalismo em estabelecer padrões de trabalho e um direcionamento ético para a profissão, no século XIX. A partir daí, começou a ser construído um *ethos* profissional da área, com boas práticas de escrita e tratamento das fontes. Empresas de comunicação também passaram a estabelecer padrões de qualidade para a profissão, resultando na criação de cartilhas e manuais.

Na década de 1980, após o fim do regime militar no Brasil, as redações se depararam com um cenário em que a censura por parte do governo era proibida, e passaram assim a criar mecanismos internos de conduta e de produção, a fim de se reafirmar como meios independentes de comunicação para a sociedade. Com isso, surgiram os manuais internos de redação – utilizados até hoje – e os códigos de conduta, cujas características variam de acordo com o veículo de comunicação.

Por meio da definição de boas práticas para a atividade jornalística, também surgiram entidades externas de fiscalização, especialmente os observatórios de mídia, que atuam de forma autônoma ou vinculada a alguma instituição de ensino. Com a popularização da Internet, também surgem os blogs comandados por jornalistas, como ferramenta de fiscalização da atuação do jornalismo, também atuando sob o paradigma do jornalismo digital.

Esses observatórios mostram que há uma distorção dos valores jornalísticos pelos meios de comunicação mais abrangentes, criticando sua abordagem e parcialidade, além de apontar um enviesamento no conteúdo emitido, especialmente em escândalos políticos. Em análise do observatório objETHOS², por exemplo, a Folha de S. Paulo foi criticada por inserir em suas manchetes informações enviesadas e com supressão de informações, poucos dias antes da votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

A atuação da imprensa, em situação de escândalos políticos, já foi discutida em outras situações, como no Escândalo do Mensalão³, na década passada.

² Folha de S. Paulo: enviesamento, manipulação e ficção. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2016/04/11/comentario-da-semana-folha-de-s-paulo-enviesamento-manipulacao-e-ficcao/>> Acesso em: 8 mar. 2017

³ O Mensalão foi um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo, então governado por Luiz Inácio Lula da Silva. O esquema teria sido realizado entre 2003 e 2004, segundo relatório final da CPI dos Correios, e

Guazina (2011, p. 19) analisa a prática de uma cobertura adversária por alguns veículos, no qual se procura legitimar o jornalismo como um espectro de autoridade, criando a oposição entre o jornalismo e a política, além de deslegitimar as instituições e os atores presentes no cotidiano político.

Atualmente, os veículos de comunicação sofrem questionamentos semelhantes, agora na cobertura da Operação Lava Jato, em vigor desde 2014, e no processo de impeachment da ex-presidenta da República, Dilma Rousseff. A atuação dos meios de comunicação, impulsionados pela forte presença da população brasileira nas mídias sociais, apresenta frequentes vazamentos de informações das investigações, além da urgência em transmitir o fato com imediatismo, deixando de lado uma apuração mais profunda.

Em paralelo à cobertura nacional, ocorreu a transmissão pelos meios de comunicação do exterior, com jornalistas brasileiros e estrangeiros responsáveis pela divulgação dos fatos a outros países. Impulsionados pelo processo de globalização e a popularização da Internet, esses veículos levam a seus públicos uma versão dos fatos com um ponto de vista diferenciado, visto que cada veículo segue a dinâmica cultural e editorial de seu país de origem.

Alguns veículos estrangeiros vão além e produzem conteúdo exclusivo para o Brasil, ainda que chancelado por uma diretriz distinta dos veículos tradicionais brasileiros. Há uma peculiaridade em suas coberturas, pois os veículos de imprensa utilizam um direcionamento de transmissão alheio ao país em que se encontram e, ao mesmo tempo, se adaptam aos hábitos culturais do país para transmitir a suas audiências os fatos noticiosos de forma mais fidedigna.

Diante do quadro apresentado acima sobre a questão do jornalismo e o momento político do país, esta pesquisa contemplou a análise de tal cobertura sobre o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. O veículo de comunicação analisado foi a BBC Brasil, que, além de ser originária do Reino Unido e produzir material em português para o público brasileiro, faz parte de um sistema público de radiodifusão e de imprensa daquele país.

Dessa forma, o presente problema de pesquisa pode ser enunciado do seguinte modo: de que forma a BBC Brasil cobriu o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, desde a abertura do processo, realizado pelo presidente

da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015, até a votação na Câmara dos Deputados, em abril de 2016? O objetivo do trabalho é compreender a narrativa presente na cobertura de um veículo integrante de um sistema de radiodifusão pública – no caso, de origem britânica, mas com intensa atuação no Brasil, com equipes e matérias transmitidas no idioma local – em um caso de impedimento de um presidente.

O resultado deste trabalho também busca promover uma reflexão acerca da importância de um sólido sistema de radiodifusão pública em regimes democráticos, atuando como uma fonte independente de inclinações financeiras ou políticas para a transmissão de conteúdos de interesse público.

No primeiro capítulo, é conceituado o termo “impeachment”, além de um breve histórico sobre o caso de impedimento de Dilma Rousseff. Em seguida, discute-se o conceito de escândalo, sua particular relação entre mídia e política, seguida por uma análise do impeachment sob a luz desses conceitos.

O segundo capítulo apresenta conceitos e teorias referentes à prática jornalística, em especial para a prática jornalística voltada ao interesse público e às características presentes em um sistema público de radiodifusão. Posteriormente, também se discute sobre as características específicas da ética jornalística no que concerne às boas práticas da profissão. Por fim, é feito um breve panorama acerca da imprensa estrangeira no Brasil.

Por conta das questões levantadas no capítulo anterior, dedica-se a terceira parte desta monografia à British Broadcasting Corporation, o veículo analisado. É apresentada uma breve contextualização histórica sobre a atuação da empresa, seus princípios editoriais e sua longa atividade no Brasil.

Em seguida, no quarto capítulo, é a estratégia metodológica de análise do material é apresentada. A análise da cobertura se deu a partir da categorização das notícias, afinado com a metodologia de Laurence Bardin de análise de conteúdo. Tal categorização resultou em achados quantitativos e qualitativos para a pesquisa.

Por fim, no último capítulo, é apresentado o resultado do conteúdo analisado e disserta-se sobre a contribuição que os temas tratados neste trabalho podem proporcionar para o debate da comunicação pública brasileira.

Capítulo I

O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

Este primeiro capítulo é dedicado à compreensão do fenômeno do impedimento da ex-presidenta. Em princípio, busca-se conceituar o termo “impeachment” e detalhar seu procedimento no Brasil. Com isso, é explicado o caso de Dilma Rousseff e suas particularidades. De forma complementar, é apresentado o conceito de escândalo político e sua relação com os meios de comunicação. À luz dos tópicos iniciais, busca-se contextualizar o afastamento de Dilma Rousseff por meio da apresentação dos conchavos políticos que envolveram o impeachment e as similaridades desse processo com outros que já ocorreram na América Latina. Por fim, é feita uma breve análise de como foi realizada a cobertura do impeachment pela imprensa comercial brasileira.

1.1. O que é impeachment?

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁴, impeachment é o ato ou processo legal que pretende a destituição de alguém de um cargo governativo. Para que um governante sofra um processo de impeachment, é necessária a prática de um ato ilícito no exercício de seu mandato. O impeachment é previsto constitucionalmente e regulado pela Lei 1.079/1950⁵.

Em regimes democráticos, o impeachment é a última ferramenta institucional para deposição de um integrante do poder executivo. Seu processo é composto de diversas etapas, elencadas a seguir.

Em primeiro lugar, deve ser explicitado o crime de responsabilidade cometido – improbidade administrativa, uso ilegal do dinheiro público etc. –, e formalizado o pedido de impedimento à Câmara dos Deputados. Qualquer cidadão pode apresentar um pedido de impeachment.

⁴ Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/impeachment>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

⁵ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Apesar de o termo conter a palavra “crime”, este se enquadra como uma infração majoritariamente administrativa, conforme destaca a própria lei do impeachment. Dessa forma, como aponta Carvalho (2016, p. 26), a destituição dos crimes de responsabilidade da seara penal permite que esses crimes majorem sua face política, redefinindo sua natureza, e conseqüentemente a função do impeachment. Isso influencia diretamente na quantidade de pedidos de impedimento feitos no Brasil, pois são motivados primariamente por questões políticas. O presidente em exercício do país, Michel Temer, por exemplo, possui 25 pedidos de impedimento registrados – dados de agosto de 2017⁶.

O pedido de impeachment, após a decisão do presidente da Câmara, é arquivado ou encaminhado aos parlamentares. Caso o presidente da casa acolha a solicitação, esta será analisada e votada pelos deputados. Pelo menos dois terços dos parlamentares precisam aprovar o processo para que se dê continuidade ao processo de impedimento.

Caso o processo seja aprovado na Câmara dos Deputados, ele é encaminhado ao Senado Federal, onde precisa ser votado em até seis meses. Nesse período, o presidente fica afastado do cargo.

A sessão no Senado, com discursos da defesa e da acusação, é comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Para que o afastamento seja oficializado, o processo deve ser aprovado por mais de dois terços dos senadores.

Em caso de aprovação do pedido no Senado, o presidente perde o mandato e pode perder seus direitos políticos por até oito anos. O vice-presidente assume o cargo até o fim do mandato da chapa eleitoral vencedora. Desde a redemocratização, na década de 1980, o Brasil sofreu dois processos de impeachment, os quais resultaram na saída de Fernando Collor de Mello e de Dilma Vana Rousseff do cargo de presidente da República Federativa do Brasil.

Tais processos foram amplamente veiculados e transmitidos ao vivo por diversos meios de comunicação, em votações que demoraram horas – no processo de Collor, a votação na Câmara dos Deputados durou cerca de duas horas e meia, enquanto a votação de Rousseff durou mais de nove horas.

⁶ Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/oab-aciona-supremo-para-que-presidente-da-camara-analise-pedidos-de-impeachment-contratemer.ghtml>>. Acesso em: 1 out. 2017.

1.2. Caso Dilma Rousseff

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início, de forma oficial, no dia 2 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatou o pedido realizado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, que a acusava de crime de responsabilidade pela prática de "pedaladas fiscais"⁷ e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. O pedido foi acolhido no mesmo dia em que o Partido dos Trabalhadores, partido de Dilma Rousseff, declarou apoio ao processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética.

Dilma Rousseff encontrava-se num período de baixa popularidade, provocado principalmente pela crise econômica e pelo desenrolar da Operação Lava Jato. Sua base aliada diminuía progressivamente desde o início de seu segundo mandato, impulsionada pela ascensão de Eduardo Cunha à presidência da Câmara.

Os juristas acusavam a então presidenta de praticar crime de responsabilidade pela utilização de pedaladas fiscais e pela edição de decretos de abertura de crédito sem aprovação prévia do Congresso.

A acusação disse que as pedaladas não foram apenas atrasos operacionais porque o débito do Tesouro com os bancos públicos se acumulou por longo tempo e chegou a valores muito altos. Segundo os juristas, o objetivo das pedaladas seria esconder a real situação fiscal do país. Já sobre os decretos, a acusação afirmou que estes autorizavam a suplementação do orçamento em mais de R\$ 95 bilhões e contribuíram para o descumprimento da meta fiscal de 2015. Além disso, afirmaram que o governo havia pedido revisão da meta quando editou os decretos e que o Legislativo não tinha sido consultado, como deveria ter sido feito antes da nova meta ser aprovada.

⁷ O termo "pedalada fiscal" refere-se a uma manobra orçamentária, atribuída a Dilma Rousseff por atrasar os repasses do Tesouro Nacional para bancos públicos que financiam políticas sociais do governo. Ao deixar de repassar os valores para os bancos, o governo federal apresentava despesas menores do que as reais, ação descrita pela acusação como "maquiagem fiscal". Disponível em: <http://huffpostbrasil.com/2016/05/11/o-que-sao-as-pedaladas-fiscais-e-por-que-sao-argumento-para-o-im_a_21695208/>. Acesso em: 3 nov. 2017

O argumento da defesa⁸ foi que, nos decretos de crédito suplementar, houve presunção de legitimidade, ou seja, os decretos passaram por solicitações, pareceres e manifestações técnicas que amparavam a decisão presidencial, o que removeria o dolo da prática. Somado a isso, a defesa argumenta que a expedição de decretos sem o envio de um projeto de lei é legal, já que o próprio Congresso admite a ampliação de autorização orçamentária para regular prestação de serviços públicos. Sobre as acusações de pedaladas fiscais, a defesa sustenta que a ação não significou aumento de despesa por parte do governo e que as pedaladas fiscais foram amplamente utilizadas por outros governantes, sem nenhum deles ter seu mandato cassado por isso.

No dia 8 de dezembro de 2015, o Plenário da Câmara elegeu, de forma secreta, a chapa responsável por compor a comissão especial que analisaria o pedido de impeachment. Porém, no dia 17 do mesmo mês, ao definir o rito do impeachment a ser seguido pela Câmara, o Supremo Tribunal Federal anulou a eleição da comissão especial, definindo que todas as votações do processo de impedimento deveriam ser abertas.

A Câmara definiu a nova comissão especial no mês de março. No mesmo mês, o PMDB – partido de Eduardo Cunha e de Michel Temer, vice de Dilma – rompeu oficialmente com o governo, após uma reunião do diretório nacional.

Em 11 de abril de 2016, a comissão especial aprovou a abertura do processo de impedimento, com 38 votos a favor e 27 contra. No dia 17, em votação aberta, o Plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment contra Dilma por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções.

Já no Senado, o processo foi recebido e, no fim de abril, foram indicados os membros para a comissão especial da casa. Em 6 de maio, a comissão aprovou o relatório da comissão, favorável à realização do impeachment, por 15 votos a favor e 5 contra. Em votação no dia 12 de maio de 2016, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma Rousseff do cargo por seis meses – até a votação definitiva pelo próprio Senado, a ser conduzida pelo então presidente do STF,

⁸ Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2016/04/04/Manifestacao-da-Denunciada.PDF>>. Acesso em: 1 out. 2017

ministro Ricardo Lewandowski. A partir desse momento, Michel Temer assumia interinamente a presidência da república.

Durante três meses, o processo esteve em constante discussão na comissão especial do impeachment no Senado. Durante esse período, foram ouvidas as testemunhas de acusação e defesa. No início de agosto, a comissão, deu prosseguimento ao processo.

A segunda votação no plenário do Senado foi realizada no dia 9 de agosto e foi aprovada por 59 votos a 21. Dessa forma, Dilma Rousseff foi formalmente acusada de cometer crime de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o emprego de recursos públicos.

O julgamento no Senado, comandado por Ricardo Lewandowski, durou seis dias, com o comparecimento da presidenta Dilma, que foi sabatinada durante o terceiro dia de sessão. Em 31 de agosto de 2016, o julgamento foi concluído, resultando no impeachment de Dilma Rousseff de forma definitiva, cassando o mandato da presidenta – mas mantendo os seus direitos políticos – por 61 votos a favor a 20 contra.

1.3. O escândalo político

O cenário em torno do impedimento de Dilma Rousseff pode ser analisado em diversas frentes de estudo. A fim de elucidar questões voltadas à cobertura jornalística do processo, serão discutidos conceitos fundamentais para o problema de pesquisa, tais como escândalo – e sua particularidade político-midiática. Também serão apresentados os bastidores políticos em torno do impeachment e uma breve observação acerca da cobertura jornalística comercial brasileira durante o processo.

1.3.1 Conceito de escândalo

Todo o contexto que envolveu o processo de deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República pode ser caracterizado como um escândalo de natureza política.

O pensador John Thompson (2002, p. 38) destaca que a definição de “escândalo” é utilizada há bastante tempo na história. A palavra esteve presente no pensamento grego, latino e judaico-cristão. Na verdade, seu significado inicial possuía uma conotação fortemente religiosa, utilizado de maneira figurativa para simbolizar uma armadilha ou uma causa de deslize moral. Com a utilização do termo por outras línguas, o escândalo começou a ser relacionado a termos como calúnia, difamação e queda moral – mas sem a mesma conexão com a religiosidade.

Sua utilização mais moderna começou a relacionar o escândalo com a prática de ações que fossem desonrosas, vergonhosas, ou que ofendessem normas morais dominantes na sociedade. Essa passagem mais recente de definições sobre o escândalo forma os empregos mais comuns da palavra hoje.

Thompson, em breves palavras, define escândalo como:

Como uma definição prática, poderíamos dizer que escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. (2002, p.40)

As atuais conjunturas que caracterizam um ato como escandaloso possuem alguns pontos em comum. Segundo Thompson (2002), o escândalo ocorre quando uma pessoa, ou uma organização, praticam algo que vai contra determinados valores éticos e morais que são hegemônicos em certo período na sociedade, além de receber a desaprovação do grupo de pessoas pertencente àquele período. Por fim, o escândalo gera uma forte consequência para o responsável pelo ato, tanto pelo desenrolar do escândalo quanto pela repercussão que esse escândalo produz.

A prática de algo classificado como escândalo ganha intensa repercussão em nosso meio, tanto pelo ato de transgressão que o caracteriza como escandaloso quanto pela participação ativa dos meios de comunicação nesse processo.

A prática de um ato escandaloso muitas vezes está vinculada a pessoas ou organizações presentes em posições de poder, em destaque para a política. Rosa (2004, p. 222) afirma que “escândalos políticos, portanto, são cruzadas modernas em que contendores de um lado e outro travam uma batalha para avançar ou manter

o poder conquistado”. O autor considera que o escândalo é visto no setor político como uma ferramenta importante para a permutação do poder vigente.

Dessa forma, a participação dos meios de comunicação para a denúncia e veiculação de escândalos possui influência direta na dinâmica política e, por consequência, na sociedade. Contudo, a mídia também vê no escândalo uma importante ferramenta, conforme aponta Kuwae:

A história nos mostra que narrativas de fatos escandalosos da política agregam enormes audiências, o que faz com que a busca e o alongamento dos seus efeitos sejam perseguidos, até que o novo escândalo apareça. Temos, assim, o encenamento da política (2006, p. 74).

A mídia, de fato, atua ativamente para a divulgação de escândalos e para que atos ignominiosos sejam descobertos e punidos, mas ao mesmo tempo os incentiva de forma desenfreada, por se tratarem de assuntos mobilizadores e, muitas vezes, lucrativos. O próximo tópico deste trabalho mostrará a apropriação do escândalo pelos meios de comunicação e como esse fenômeno se tornou indispensável para o funcionamento de diversos veículos de mídia.

1.3.2 O escândalo como evento midiático

Na política, escândalos são bastante comuns e estampam as capas de jornais e chamadas de telejornais praticamente todos os dias. Mas isso não começou a ocorrer após a invenção dos meios de comunicação. Práticas escandalosas existem há muitos séculos, porém, com o desenvolvimento de novas tecnologias e da consolidação do capitalismo como modelo econômico de mercado, a repercussão de tais escândalos passaram a tomar novas proporções. E o surgimento da comunicação midiática é um dos principais pilares dessa mudança.

Thompson (2002, p. 59) destaca que o escândalo era, anteriormente, vinculado a um microuniverso, em que as relações entre o autor de tal ato e as pessoas que vivenciavam essas situações eram essencialmente presenciais, reduzindo-as a fenômenos locais. Os escândalos midiáticos romperam com a distância anteriormente presente entre as pessoas, de forma a universalizar o

escândalo e provocar um engajamento maior sobre determinado tema. Com a consolidação da Internet como meio de comunicação, um escândalo tem o potencial de ser disseminado de forma quase instantânea e atingir um número muito maior de pessoas – e também pode ser divulgado por pessoas externas aos meios de comunicação de massa.

Senne sintetiza a relação entre os meios de comunicação e a propagação de escândalos, além de sua configuração atual:

A proximidade temporal entre a consolidação dos escândalos midiáticos e o surgimento dos meios de comunicação de massa não são, contudo, apenas uma curiosidade histórica. As profundas transformações alcançadas a partir do desenvolvimento das organizações de mídia – começando com a imprensa e chegando à mídia eletrônica – conformam a base que permite o surgimento dos escândalos na atualidade, ou seja, tais fenômenos – tal como os conhecemos hoje – só são possíveis por meio da mídia e a partir de sua lógica de funcionamento (2009, p. 19).

Diversos eventos ao longo da história contribuíram para a atual relação entre escândalo e mídia. Seu início se deu com a cultura de publicação de panfletos marginais em países como Inglaterra e França, a partir do século XVI, “uma cultura em que ‘escandaloso’ foi empregado para caracterizar afirmações, alegações, acusações e descrições articuladas com a palavra impressa”, aponta Thompson (2002, p. 75). Muitos desses panfletos possuíam uma linguagem crítica e satírica, e nem sempre se baseavam em fatos genuinamente verdadeiros. Cabia aos indivíduos afetados construir sua defesa e desmentir o que fora divulgado, numa situação que se assemelha à gestão de crise de pessoas e organizações em situação delicada de imagem ou reputação.

Figura 1 – Exemplo de panfleto escandaloso, circulado no século XVIII



Fonte: BBC Brasil⁹

A pesquisa de Thompson aponta que, a partir do século XIX, a produção jornalística mudou drasticamente, com mudanças nas bases econômicas e tecnológicas da imprensa. Os donos de veículos impressos poderiam produzir uma tiragem maior com menor custo. Somado a isso, o aumento dos índices de alfabetização da população provocou o aumento do número de leitores, e assim, compradores. O barateamento da produção também contribuiu para a desvinculação de jornais com partidos políticos, anteriormente financiadores de muitos veículos. Dessa forma, os jornais passaram a adotar um posicionamento mais amplo, a fim de abranger um público maior. Nesse período passaram a ser introduzidos nos jornais temas de cunho mais popular, como histórias de crimes, jogos, esportes, temas cotidianos e, claro, o escândalo. A estrutura jornalística moderna começava a ser desenhada desde então.

⁹ Eros em segredo – BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/especial/930_infernoparis/page4.shtml/>. Acesso em: 3 nov. 2017.

No século XX, a produção tomou nova proporção com a emergência da comunicação de massa. O rádio e a televisão conferiram à produção de notícias – e de escândalos – maior palpabilidade, no sentido de diminuir os espaços entre o noticiado e o espectador, e de conferir maior visibilidade às figuras públicas. As ferramentas que possibilitaram a transmissão de conteúdo por ondas sonoras e imagem também permitiram maior condição de registro dos fatos, o que facilitou o monitoramento e a investigação de pessoas e organizações por parte dos veículos.

A intensa produção impressa dos veículos também levou à consolidação da profissão de jornalista. Os proprietários dos veículos passaram a contratar repórteres e escritores para produzir conteúdo de forma constante. Com a profissionalização de profissionais da área, desenvolveu-se a construção de um *ethos* profissional que passou a definir alguns princípios da boa prática jornalística.

Como “os fatos e o entretenimento foram as ideias gêmeas da emergente profissão jornalística”, conforme destaca Thompson (2002, p. 82), a denúncia de escândalos passou a compor um elemento de destaque para a profissão:

“Sendo assim, a mídia não só é responsável pela reprodução mecânica dos conteúdos que chegam às redações, como se constituiu enquanto figura ativa na apresentação de novas denúncias. Além da disposição necessária dos atores políticos, a conformação de um escândalo está relacionada a um certo *ethos* jornalístico – calcado na autoconcepção da profissão como o exercício do controle sobre as diversas instituições (*watchdog* role) (TUMBER & WAISBORD, 2004 apud SENNE, 2009, p. 23)

O conceito de *watchdog*, ou “cão de guarda”, tornou-se característico da profissão jornalística, que lhe concede o nobre papel de guardião do interesse público. Correia (2012, p. 126) explica que o termo surgiu a partir de uma corrente de pensamento norte-americana – chamada de teoria libertária –, da qual o governo era considerado a principal ameaça às liberdades democráticas, cabendo à imprensa o papel de fiscalizadora do poder. Rosa (2004, p. 433) atesta que os “escândalos servem para destacar a defesa do interesse público pelo jornalismo. Ao denunciar determinadas práticas, o jornalismo se legitima como agente de vigilância das instituições”.

Dessa forma, o escândalo torna-se essencial para a profissão, pois reafirma a responsabilidade do jornalista em denunciar mazelas da sociedade – principalmente àquelas com envolvimento de pessoas no poder – e possui apelo popular, ou seja, cobrir e denunciar escândalos torna-se lucrativo para os veículos de comunicação.

O conjunto de mudanças que ocorreram no universo jornalístico nos últimos séculos e as evoluções tecnológicas que perpassaram o mesmo período tornaram o escândalo um fenômeno corriqueiro nos grandes veículos de mídia, em um sistema que se retroalimenta. Thompson (2002, p. 91) elucida as consequências da midiatização dos fenômenos de escândalo: “a apresentação através da mídia, e o comentário na mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo: elas são parte constitutiva deles”.

A transmissão de escândalos por parte da imprensa alterou substancialmente a relação entre esses veículos e a política, presente desde a circulação de panfletos nas ruas da França até os escândalos com o famoso sufixo “*gate*”¹⁰. Com maior rentabilidade e independência financeira, os meios de comunicação de massa se tornaram atores com grande relevância na sociedade e, influenciados pelo posicionamento de cada veículo, passaram a noticiar o mundo a partir de seu ponto de vista, por meio de estruturas em comum.

Grandes escândalos políticos noticiados nos últimos quarenta anos se tornaram a base para qualquer estudo sobre mídia e política. O escândalo de Watergate¹¹, por exemplo, cujo desenrolar resultou na renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon, só aconteceu devido à profunda investigação dos jornalistas Woodward e Carl Bernstein, do jornal Washington Post. O caso foi tão emblemático para a história do jornalismo que se tornou base nominal para

¹⁰ Utilizado como nomenclatura de famosos escândalos, iniciado pelo escândalo de Watergate.

¹¹ “O caso Watergate foi o escândalo político que levou à renúncia do presidente Richard Nixon. O caso começou com a prisão de cinco homens, que foram pegos instalando equipamentos de espionagem e fotografando documentos na sede democrata, conhecida como complexo Watergate. A prisão aconteceu durante a campanha eleitoral que levou Nixon à presidência. Os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do Washington Post, começaram a perceber ligações entre o caso Watergate e a Casa Branca. Woodward e Bernstein descobriram o nome de um dos homens presos na folha de pagamento do comitê que trabalhava na eleição do presidente. Descobriram ainda que outro detido havia recebido um depósito de US\$ 25 mil. Os repórteres revelaram em uma série de matérias que Nixon utilizou dinheiro não declarado para espionar os adversários e obter trunfos para a sua campanha.” Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/watergate-e-o-impeachment-de-nixon.html>>. Acesso em: 30 mai. 2017

escândalos de cunho político – o sufixo *gate* –, virou filme vencedor de Oscar¹² e foi episódio de inspiração para milhares de jornalistas, reafirmando seu papel de *watchdog* na sociedade. Um elemento primordial para a renúncia do então presidente Nixon foi o acompanhamento constante dos meios de comunicação durante todo o processo, provocando o desgaste de sua imagem perante a população dos Estados Unidos.

É interessante observar que, durante o processo de escândalo, novos elementos podem emergir e provocar o apaziguamento ou a explosão do acontecimento, dando a ele nova proporção perante a sociedade e aos próprios veículos de mídia. Os meios de comunicação são essenciais para que certo escândalo continue em seus holofotes. Thompson (2002) acredita que, no caso de Nixon, foram descobertas novas situações escandalosas, como obstrução de justiça, conspiração, evasão do imposto de renda etc. Tudo isso foi acumulado, sendo massivamente transmitido para a população norte-americana e para comunidade global.

Da mesma forma que ocorreu com Richard Nixon, o escândalo do impeachment de Dilma Rousseff também foi um processo desgastante, e amplamente midiaticizado. O próximo tópico irá descrever o contexto presente além do impeachment, altamente influenciado pelos eventos da Operação Lava Jato.

1.3.3 O contexto político por trás do impeachment

O escândalo político que resultou no impeachment de Dilma Rousseff foi impactado e diretamente influenciado por outro escândalo – de proporções muito maiores – que afetou a grande maioria da classe política: a Operação Lava Jato, definida pelo site do Ministério Público Federal (MPF) como “a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve”.

Iniciada em 2014, a operação começou ao investigar irregularidades em contratos relativos à Petrobras, maior empresa estatal do país. Conforme as investigações foram evoluindo, novas configurações de corrupção em diversos setores público-privado foram descobertos, ocasionando a prisão de políticos e

¹² Informação retirada do inventário de filmes IMDB. *Todos os homens do presidente*. Disponível em: < http://www.imdb.com/title/tt0074119/awards?ref_=tt_awd>. Acesso em 30 mai. 2017.

grandes empresários. Dessa forma, a operação ganhou rápido apoio popular e foi tratada pela imprensa e por parte do meio político como símbolo máximo do combate à corrupção no Brasil, elevando procuradores e juízes a um patamar de “salvadores da pátria”¹³.

No mesmo ano em que a Lava Jato começou a atuar, começaram as campanhas eleitorais em todo o Brasil para eleger os novos integrantes do Congresso, os novos governadores e quem seria o presidente da República. Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT, disputou o segundo turno das eleições contra Aécio Neves, do PSDB, partido de oposição ao governo petista.

A emergência das eleições, aliada às investigações da Lava Jato, levou a um clima de intenso embate entre os candidatos à presidência. De um lado, Dilma Rousseff defendia seu programa de governo como a única forma de dar continuidade ao que foi desenvolvido pelo partido, que estava no poder desde 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e da própria Dilma, posteriormente. Do outro, Aécio Neves – na época senador do estado de Minas Gerais – que sustentava a ideia de que o grande passo para o fim da corrupção sistêmica do país viria com a sua vitória, e conseqüentemente, a saída do governo petista do poder¹⁴.

Grande parte das acusações de Aécio Neves ganhava peso em razão de dois fatores: o período de investigação das irregularidades na Petrobras pela Operação Lava Jato abarcava o mesmo período em que a então presidenta Dilma Rousseff compunha o Conselho de Administração da estatal¹⁵; e a crise econômica que afetava o país durante a administração de Dilma¹⁶. Contudo, até o ano de 2017,

¹³ Em Curitiba, protesto reuniu um 'exército de Sérgio Moro'. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-curitiba--protesto-reuniu-um-exercito-de-moro,10000021109>>. Acesso em: 1 jun. 2017

¹⁴ Receita de Aécio para acabar com a corrupção: tire o PT do poder. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/meus-textos/noticia/2014/10/receita-de-aecio-para-acabar-com-corrupcao-tire-o-pt-do-poder.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017

¹⁵ TCU propõe bloqueio de bens de Dilma e ex-integrantes de conselho da Petrobras. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/09/24/tcu-propoe-bloquear-bens-de-dilma.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2017

¹⁶ Brasil entrou em recessão a partir do 2º trimestre de 2014, diz FGV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/brasil-entrou-em-recessao-partir-do-2-trimestre-de-2014-diz-fgv.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017

Dilma não foi condenada em nenhuma instância jurídica, com exceção do impeachment – um caso político-jurídico¹⁷.

A tensão política, impulsionada um ano antes pelas Jornadas de Junho de 2013 – um conjunto de manifestações motivadas pelo aumento das passagens do transporte público de São Paulo e que tomaram proporções nacionais, com a adição de outras reivindicações –, foi refletida no resultado final das eleições presidenciais – o mais acirrado desde a redemocratização. Dilma Rousseff sagrou-se vencedora com 51,64% (54.499.901 votos) dos votos válidos contra 48,36% (51.041.010 votos) de Aécio Neves. Em seu discurso de agradecimento, Dilma Rousseff afirmou que estaria disposta ao diálogo e que batalharia pela aprovação de uma reforma política, juntamente com o Congresso.

Contudo, o perfil dos congressistas eleitos foi considerado o mais conservador desde 1964¹⁸, ano em que eclodiu o golpe militar no país. Tal configuração dava sinais de que haveria um forte confronto entre o parlamento e a presidenta – com uma agenda mais de esquerda – durante seu mandato. O marco desse descompasso entre os poderes se deu em 2015, quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi eleito presidente da Câmara dos Deputados em primeiro turno.

Cunha passou a ser o símbolo da oposição e da falta de apoio da líder do executivo no Congresso Nacional. O presidente da Câmara liderava o “centrão”¹⁹, bloco parlamentar composto por siglas de menor expressão, mas que, unidos, eram determinantes nas decisões tomadas pela casa. O conjunto de deputados possuía posicionamentos, em sua maioria, contrários aos da presidenta Dilma, o que a impedia de aprovar medidas que, na sua interpretação, eram importantes para o desenvolvimento do país e para a estabilidade de seu mandato.

¹⁷ Processo de impeachment é julgamento político com balizas jurídicas. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-19/jean-uema-impeachment-julgamento-politico-balizas-juridicas>>. Acesso em: 1 jun. 2017; e Impeachment: Fundamento jurídico, decisão política e impacto social. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48317/impeachment-fundamento-juridico-decisao-politica-e-impacto-social>>. Acesso em: 1 jun. 2017

¹⁸ Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 1 jun. 2017

¹⁹ O que é o poderoso centrão, que pode definir o sucessor de Cunha. Disponível: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36771079>>. Acesso em: 1 jun. 2017

Aliado à dificuldade de aprovar pautas de importância para seu governo, os indicadores da economia brasileira continuavam a cair²⁰, o que resultou em uma forte queda de popularidade da administração de Dilma Rousseff²¹. Seu segundo mandato também foi marcado pela intensa divulgação, por parte da imprensa, de prisões decorrentes da Operação Lava Jato e de vazamentos de instrumentos de investigação – como delações premiadas feitas por políticos e executivos.

A ação de todos esses fatores resultou em uma onda de insatisfação contra a presidenta, fortemente estimulada pelos partidos de oposição e refletida em manifestações populares. No âmbito jurídico, diversos pedidos de impeachment foram enviados à Câmara dos Deputados, que inicialmente os rejeitava – ao todo, o governo de Dilma Rousseff teve 68 pedidos de impeachment²². Até que, em dezembro de 2015, Eduardo Cunha deu continuidade ao pedido redigido pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

O resultado acarretou o segundo impeachment de um presidente do Brasil em menos de 30 anos de regime democrático. O crime de responsabilidade da qual Dilma foi julgada pelo Congresso, segundo a defesa, foi amplamente utilizado por outros presidentes e governadores sem o ônus da perda do mandato.

Sobre os decretos de abertura de crédito – outro ponto da acusação –, a defesa afirmou que as medidas não aumentaram os gastos do governo, apenas realocaram despesas anteriormente autorizadas pelo Legislativo. Porém, as acusações seguiram adiante²³.

Segundo levantamento da Revista Superinteressante, durante as votações no Congresso, termos como “Deus”, “filho(s)”, “família” foram mais citados que “corrupção” e “responsabilidade” nos discursos dos parlamentares. Palavras relacionadas às acusações contra Dilma quase não foram citadas pelos deputados

²⁰ Como se chegou à pior recessão desde os anos 90? Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_pib_terceirotri2015_ru>. Acesso em: 1 jun. 2017

²¹ De campeã de popularidade a 62% de rejeição: Seis momentos-chave no governo Dilma. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc>. Acesso em: 1 jun. 2017

²² Quadro de denúncias contra a presidenta da república Dilma Rousseff Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UDMBbAO1o1qRSbhzTFFfa8OU4xWwZVcLh7MoEoGNtBg/pubhtml>>. Acesso em: 8 out. 2017

²³ Quais são as acusações contra Dilma? Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/quais-s%C3%A3o-as-acusa%C3%A7%C3%B5es-contradilma/a-19249899>>. Acesso em: 1 jun. 2017

durante a votação na Câmara. "Brasil" foi mencionado 318 vezes, enquanto que "pedalada(s)" recebeu oito menções e "responsabilidade fiscal" apenas três²⁴. Outro aspecto destacado pelos parlamentares que participaram da votação foi a retomada da governabilidade como justificativa para o impedimento²⁵. Tanto que, apesar de perder o mandato, os senadores mantiveram os direitos políticos de Dilma Rousseff, o que lhe possibilita, caso deseje, se candidatar a qualquer cargo público já nas eleições seguintes.

Após o fim do processo, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo até as eleições de 2018, e passou a adotar um novo plano de governo, redigido pelo seu partido, o PMDB, e previamente rejeitado pela antiga mandatária, intervindo em pautas como a questão trabalhista, previdenciária e de direitos humanos.

O processo de impedimento de um presidente, apesar de complexo, ocorreu diversas vezes na América Latina. Em estudo feito por Aníbal Pérez-Liñán, publicado anteriormente ao impeachment de Dilma, indicaram-se alguns pontos em comum nos processos de impedimento analisados pela pesquisa, todos ocorridos na América Latina.

Pérez-Liñán (2016, p. 87) analisa que a região possui uma forte instabilidade política, em que o impeachment se apresenta como uma tendência institucional de rompimento político, mas sem a quebra do sistema democrático em si. Dessa forma, após as intervenções militares, o processo de impeachment passou a ser amplamente utilizado como forma institucional de troca de poder.

Observando o impeachment de Dilma Rousseff de forma bastante resumida, é possível traçar similaridades com outros processos que ocorreram em outros países do continente. Em seu estudo, Pérez-Liñán (2016, p. 94) aponta que todos os processos de impedimento apurados foram caracterizados por gestões com crise econômica e baixo apoio do poder legislativo, impulsionados pela participação ativa de dois novos atores que surgiram após a redemocratização dos países latino-americanos: os movimentos sociais e a imprensa.

²⁴ As palavras mais populares na votação do impeachment. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/sociedade/as-palavras-mais-populares-na-votacao-do-impeachment/>>. Acesso em: 1 jun. 2017

²⁵ Senadores admitem que impeachment aconteceu sem crime de responsabilidade fiscal e alegam falta de governabilidade. Disponível em: <<https://www.facebook.com/TheInterceptBr/videos/1781989622089078/>>. Acesso em: 1 jun. 2017

O contexto político da América Latina – e do Brasil – na qual o impeachment aparece como ferramenta usualmente utilizada para a mudança de poder, permite analisar alguns dos atores que estão diretamente envolvidos nesse processo, e um deles são os veículos de comunicação. A atuação desses veículos, restringidas no último século pela censura de regimes autoritários, ganhou papel de destaque na sociedade como importante fator na formulação da agenda política e na revelação de escândalos políticos.

Thompson destaca a atuação dos veículos de comunicação como determinante para o surgimento e prosseguimento de um escândalo, cujas consequências são diretamente influenciadas por suas formas de ação:

O desenvolvimento [...] de um escândalo midiático é modelado pelos ritmos específicos das organizações de mídia e por outras instituições jurídicas e políticas, que desempenham um papel central na revelação e interpretação relevante para um escândalo. (2002, p. 102).

A configuração dos meios de comunicação comerciais brasileiros dá poder para que emissoras – muitas vezes controladas por políticos ou famílias de grande influência econômica – possam atuar editorialmente em prol de seus próprios interesses²⁶, com pouca restrição de órgãos reguladores, restringindo as críticas de irregularidade na profissão a observatórios de imprensa²⁷, jornalistas independentes e veículos estrangeiros²⁸. Dessa forma, vê-se como essencial para a construção de um regime democrático sólido a atuação consciente e com responsabilidade editorial dos veículos de comunicação, mesmo que sejam emissoras privadas.

Em países como Reino Unido, Uruguai e Argentina existem marcos regulatórios para atuação de mídia, conhecidos como Lei de Meios, de forma a

²⁶ Os números não mentem: rolo compressor midiático trabalha em favor das reformas. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/04/30/os-numeros-nao-mentem-rolo-compressor-midiatico-trabalha-em-favor-das-reformas/>>. Acesso em: 1 jun. 2017

²⁷ A fadiga de um jornalismo inexistente. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-fadiga-de-um-jornalismo-inexistente/>>. Acesso em: 1 jun. 2017

²⁸ Al Jazeera critica parcialidade da Globo na greve geral. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/al-jazeera-critica-parcialidade-da-globo-na-greve-geral>>. Acesso em: 1 jun. 2017; Jesus.com x Dilma na terra da Lei de Ricúpero. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/07/jesus-com-x-dilma-na-terra-da-lei-de-ricupero/>>. Acesso em: 1 jun. 2017

fornecer um padrão de qualidade e de fiscalização da atividade jornalística, entre outros aspectos. Assim, nesses países, foram criadas instituições que fiscalizam a atuação desses meios e também surgiram emissoras públicas, que mesmo vindo de iniciativas do Estado, atuam de forma independente, a fim de assegurar o interesse público por meio de uma cobertura analítica, equilibrada e plural.

No Brasil, a regulação dos meios de comunicação é alvo de constantes debates e críticas por parte da imprensa comercial, que vê a concretização de tal ato como censura e um ataque à liberdade de expressão. Contudo, com a ausência de marcos regulatórios sólidos, veículos de mídia podem cometer deslizes e não ser responsabilizados por tais ações.

O próximo tópico traz um breve balanço da cobertura do impedimento de Dilma Rousseff pela imprensa comercial do Brasil. Com esse balanço, será possível observar algumas características estruturais sobre a cobertura da grande imprensa brasileira e partir para o capítulo referente à ética jornalística.

1.3.4 A cobertura do impeachment pela imprensa comercial brasileira

O impeachment de Dilma Rousseff foi amplamente noticiado pelos mais diversos veículos de comunicação do país. Desde os trâmites na Câmara dos Deputados, às manifestações, dos depoimentos na análise das denúncias à extensa votação do plenário. Todo esse processo estava em destaque, afinal, tratava-se de um escândalo envolvendo uma presidenta da república. Aliado a isso, a Operação Lava Jato estava a todo vapor, e delações vazavam constantemente.

Dessa forma, a imprensa brasileira produziu um extenso material de cobertura, que auxiliou na compreensão do processo de impedimento e na forma como tais eventos foram noticiados.

Nos últimos anos, observatórios de imprensa – voltados à análise do que é veiculado no Brasil – apresentaram críticas à maneira que determinados assuntos eram veiculados²⁹, à construção de narrativas consideradas nocivas para o regime

²⁹ Comentário da Semana: O impeachment da mídia. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2015/12/07/comentario-da-semana-o-impeachment-da-midia/>>. Acesso em: 9 out. 2017

democrático³⁰ e ao posicionamento adotado pelos meios de comunicação frente a determinados temas³¹.

Jornalistas e pesquisadores buscaram analisar o turbulento e, na época, recente cenário. Oliveira (2016) constrói sua observação por meio da comparação entre os protestos a favor e contrários ao impeachment, entre 2015 e 2016 nos veículos Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e G1. A autora destaca que a cobertura segue o mesmo padrão para todas as plataformas dos veículos, seja impresso, site, emissoras de rádio e TV.

“A prática ocorre também através de suas agências de notícias, que atuam como distribuidoras de conteúdos para centenas e centenas de veículos situados em diferentes regiões e localidades de norte a sul do Brasil. A cobertura dos protestos por esses veículos é a mesma para o portal de notícias estado.com.br e uol.com.br, integrantes dos grupos privados Estado e Folha, respectivamente, assim como o site g1.globo.com segue a produção de conteúdos do conglomerado O Globo.” (2016, p. 95)

Oliveira aponta que houve um claro desequilíbrio entre a cobertura dos atos pró e contra o impeachment, com mais espaço dedicado às manifestações favoráveis ao impedimento. Isto se materializava em algumas ações, tais como: planos escolhidos para as fotografias, utilização de caixa alta nas manchetes, entre outros pontos apontados como determinantes para tal desequilíbrio. Por fim, Oliveira (2016, p. 95) afirma que os grandes conglomerados de imprensa assumem “o vergonhoso papel de desinformar, construindo um cenário de opinião pública desfavorável aos próprios interesses da Nação, em detrimento de algo caro ao próprio País, a consolidação da democracia”.

Antonelli e Ferracioli (2016) analisaram as matérias do jornal impresso Folha de S.Paulo, referente às semanas seguintes da instauração inicial do processo pelo presidente da Câmara dos Deputados e à votação pelo plenário da Casa. Os autores destacam a predominância de matérias episódicas, ou seja, com pouca

³⁰ Comentário da Semana: A narrativa do impeachment – hegemonia na formação da opinião pública. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2016/04/18/comentario-da-semana-a-narrativa-do-impeachment-hegemonia-na-formacao-da-opiniao-publica/>>. Acesso em: 9 out. 2017

³¹ A profecia autocumprida. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed842_a_profecia_autocumprida/>. Acesso em: 9 out. 2017

contextualização do fato propriamente dito, e baixa quantidade de matérias temáticas, que possuem teor mais analítico.

Antonelli e Ferracioli (2016, p. 13) encerram sua análise destacando que as matérias eram dedicadas apenas a um evento particular e que não estabelecer correlações com outros fatos “não é o que se espera de um jornal impresso e muito menos de um veículo que pretende contribuir para o ambiente democrático”.

Floriani (2017) também analisa a cobertura da Folha de S.Paulo para o impeachment – num período entre novembro de 2014 e maio de 2016 –, e afirma que:

“Toda a análise leva à confirmação das características políticas do jornalismo da Folha. O jornal construiu discurso de apoio ao impeachment, sem que tenha havido comprovação da existência de crime de responsabilidade, enquanto, por meio de estratégias discursivas, a Folha buscou referendar seu ‘jornalismo crítico’, ‘apartidário’ e ‘pluralista’.” (2017, p. 190)

O autor destaca, contudo, que apesar do jornal não ter defendido abertamente o impedimento de Dilma Rousseff, seus editoriais pregavam a saída da presidenta, inclusive por meio de renúncia. Para Floriani, “o discurso da Folha sobre o processo de impeachment incidiu na deslegitimação de Dilma Rousseff como autoridade em condições de ocupar a Presidência da República”.

Borges (2017) analisou as capas do jornal O Globo e também aponta o que fora afirmado por Oliveira quanto à horizontalidade das informações, publicadas em uma plataforma e reverberadas para outros tipos de meios de comunicação.

Quanto às manifestações e manifestantes durante o processo de impeachment, Borges (2017, p. 90) observa que o jornal não diferenciava em suas manchetes as pessoas que se posicionavam em relação ao governo ou ao processo de impedimento. Ou seja, os manifestantes contrários ao processo foram qualificados como “pró-governo” – ou como integrantes da “militância petista” –, enquanto que aqueles favoráveis ao impeachment foram qualificados como contrários ao governo Rousseff. Tal caracterização contribuiu para o processo de

polarização política que se intensificou durante as manifestações favoráveis e contrárias ao impedimento de Dilma Rousseff.

Borges também aponta a atual configuração dos veículos de comunicação comerciais brasileiros como fator determinante para a situação analisada:

Esse tipo de comportamento que vem não só do jornal O Globo, mas de diversos outros grandes meios de comunicação, pode ser um reflexo do que é chamado de concentração de propriedade de mídia, onde empresários riquíssimos, vinculados, ou não, ao ambiente político, determinam o que deve ou não ser noticiado pela mídia, fazendo com que haja nas matérias reportadas eventuais alinhamentos políticos e preferências ideológicas. (2017, p. 91).

Tais observações são de extrema relevância para analisar o atual cenário do jornalismo comercial brasileiro e quais elementos foram utilizados na cobertura de um tema primordial para a democracia de um país. Dessa forma, justifica-se o estudo de um veículo de comunicação estrangeiro – de grande porte jornalístico e com características estruturais diferentes dos veículos de mídia brasileiros –, a fim de estabelecer outra perspectiva de cobertura para o impeachment, com análise de aspectos positivos e negativos e possíveis lições que podem ser estabelecidas quanto a coberturas jornalísticas dessa natureza.

O próximo capítulo, à luz das últimas discussões, apresenta práticas referentes ao jornalismo voltado ao interesse público, de que forma isso foi configurado no Brasil – e em outros países – e quais as consequências que essas ações trazem para a atividade jornalística e para a saúde de um regime democrático e cidadão.

Capítulo II

JORNALISMO DE INTERESSE PÚBLICO

Este capítulo se dedica a discutir algumas particularidades da profissão jornalística. Como este trabalho se propõe a analisar uma empresa de radiodifusão pública, foram priorizadas suas principais características. Dessa forma, são abordados conceitos que detalham o funcionamento de um sistema público de radiodifusão, exemplos de países que implementaram esse sistema e suas premissas básicas. A partir desse panorama estrutural, é introduzida a questão ética da atividade jornalística, em que são descritas as ferramentas utilizadas para a definição de padrões de qualidade em sua atividade, por meio de iniciativas estatais, comerciais e autônomas. Por fim, é feito um breve panorama acerca da imprensa estrangeira e sua atuação no Brasil, como forma de introduzir o objeto de pesquisa a ser analisado.

2.1. Sistema público de radiodifusão

A partir do início do século XX, com a popularização dos jornais impressos, o aumento dos índices de alfabetização e o surgimento dos meios de comunicação de massa, alguns países começaram a discutir a atuação desses meios em suas determinadas regiões, além de intervirem de forma mais direta nesse espectro. Rothberg detalha como diversos países começaram a atuar em seus sistemas de comunicação:

A intervenção estatal ocorreu tanto na forma da manutenção de canais públicos, que procuram atender a demanda coletiva por programação de qualidade, ajustada a ideais mais elevados de formação, informação e cultura, quanto por meio da regulação dos canais comerciais, com a imposição de guias de conduta e mecanismos de fiscalização [...], tornando o Estado um instrumento de fortalecimento do interesse público, para além de mero refém da atuação corporativa (2011, p. 8).

O conjunto de serviços de comunicação que promovem a transmissão de sons e de sons e imagens a um determinado público é chamado de radiodifusão, e

suas premissas fundamentam a base teórica para este capítulo. Segundo definição da Anatel³², a radiodifusão “compreende os serviços destinados a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral e é dividida em radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão)”.

Ao analisar esse contexto, é importante observar que a intervenção estatal em um sistema de radiodifusão não significa necessariamente a censura de conteúdos. Essa ação, na verdade, busca estabelecer um padrão de qualidade de produção e de limites a serem respeitados pelas detentoras de veículos de comunicação.

Cada país, com sua particularidade de leis e de experiência cultural, tem uma maneira diferente de pensar e executar formas de comunicação pública para seus públicos. Por conta da experiência de diversos países, os conceitos também possuem diferentes abordagens. Segundo o Coletivo Intervozes (2009), pode-se estruturar um sistema de radiodifusão pelos seguintes pilares: plataformas do sistema, modelo de gestão e formas de participação, modelo de financiamento, e programação vigente.

As plataformas são os meios utilizados por um sistema de radiodifusão para transmitir seus conteúdos, essencialmente o rádio e a televisão. O modelo de gestão delimita o modo como serão escolhidos os administradores desses sistemas, além de determinar de que maneira ocorre a participação da população nas tomadas de decisão e no processo de prestação de contas.

Já o modelo de financiamento envolve a saúde financeira do sistema de radiodifusão. Como ele recebe recursos, se há – ou não – intervenção publicitária etc. Por fim, há a programação vigente, este último diretamente influenciado por todos os pilares anteriores.

Trazendo essa perspectiva para a realidade brasileira, sabe-se que o sistema de radiodifusão pública é previsto na Constituição Federal Brasileira, dentro de um capítulo dedicado inteiramente à comunicação social, com destaque para o Art. nº 223: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e

³² Radiodifusão. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNivelDois.do?codItemCanal=677>>. (Acesso em: 19 out. 2017)

autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”³³.

O princípio da complementaridade dos sistemas de radiodifusão é um ponto controverso na legislação brasileira. Em artigo escrito ao Observatório da Imprensa, Scorsim³⁴ explica:

A Constituição impõe a complementaridade entre os setores de televisão por radiodifusão privado, público e estatal, o que, evidentemente, implica harmonia e colaboração entre as estruturas de comunicação social. Em outras palavras, garante-se o equilíbrio apropriado entre os campos de comunicação social com funções diferenciadas, porém, complementares, levando em conta as diferenças de fundamentos e evitando-se, assim, distorções arbitrárias no processo de comunicação social.

Contudo, segundo Pinheiro, este trecho da Constituição apresenta lacunas, pois o conceito de complementaridade não está oficialmente regulamentado. Pinheiro cita o pesquisador Murilo Ramos para detalhar a confusão existente na legislação que rege o sistema de comunicação brasileiro:

No Brasil, a ideia, inscrita na Constituição, de sistemas complementares – estatal, público e privado – separa equivocadamente o público do estatal, como se um pudesse existir sem o outro, além de induzir a uma confusão conceitual entre Estado e governo, como se aquele pudesse se reduzir a este. Ainda mais, a ideia inscrita na Constituição isola o privado do estatal e do público, como se aquele pudesse existir sem a licença e o controle regulatórios destes (RAMOS, 2008 apud PINHEIRO, 2015, p. 41).

Tal confusão é intensificada pela ausência de uma regulamentação do princípio de complementaridade, suas características e finalidades, defendidas por diversos autores, entre eles Wimmer (2012, p. 218), como motivo para o surgimento de dúvidas e controvérsias doutrinárias.

A criação da EBC, em 2007 – empresa pública que gere a TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e as oito emissoras do sistema

³³ Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 jun. 2017

³⁴ O princípio constitucional de complementaridade. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o_principio_constitucional_de_complementaridade/>. Acesso em: 21 out. 2017

público de Rádio –, deu esperanças para o fortalecimento do sistema público de comunicação brasileiro, sobretudo por, segundo Pinheiro (2015), instituir os princípios do serviço público de radiodifusão explorados pelo poder executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta. Na mesma linha de argumentação, o Coletivo Intervozes (2009, p. 44) destaca que a EBC foi articulada “com o claro propósito de diferenciar-se do que até então havia sido construído pelo governo federal em termos de comunicação própria para operar uma efetiva mídia pública”. Como componente deste processo, destaca-se o papel de movimentos sociais como provedores do debate acerca da radiodifusão pública brasileira, além de fornecer contribuições quanto à fiscalização das normas que envolvem a atuação da EBC – como exemplos estão o próprio Coletivo Intervozes, os Jornalistas Livres e a Mídia Ninja.

Contudo, sua autonomia é frequentemente interferida por diversos setores da sociedade, o que enfraquece sua atuação como disseminadora de um sistema de radiodifusão pública que defenda, acima de tudo, o interesse público. No ano de 2016, o então diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo, que possuía mandato de quatro anos – independente do governo em vigor, de forma a assegurar a autonomia da empresa – foi exonerado de seu cargo. Segundo o Coletivo Intervozes³⁵, ações desse tipo contribuem “para consolidar a já tão questionada, deslegitimada e promíscua relação entre comunicação pública e governo”.

O desafio de se estruturar um sistema sólido e autônomo de radiodifusão pública também se estende a outros países da América Latina. Um caso próximo e recente que envolve a regulação de um sistema de radiodifusão foi a aprovação da *Ley de Medios*, na Argentina, em 2009. A Lei buscava reduzir o monopólio da comunicação no país, além de dividir o espectro de radiodifusão em três partes iguais – entre o Estado, o setor privado e organizações sem fins lucrativos. Também foi criado um órgão regulatório para o setor, a Autoridad Federal de Servicios de Comunicación (Afsca).

³⁵ EBC: comunicação pública ou governamental? Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ebc-comunicacao-publica-ou-governamental-8332.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017

Por um lado, houve aclamação pela aprovação da nova lei, considerada um grande passo nos esforços de democratização da comunicação³⁶ e pela intensa participação popular – Lara (2013, p. 21) destaca que o projeto recebeu, ao todo, “1200 sugestões que refletiram no texto final: muitos artigos da Lei contêm referências de quem os sugeriu, como prova de sua origem participativa”.

Por outro lado, também aconteceu uma forte oposição de congressistas contrários à – na época – presidenta Cristina Kirchner e de empresas como o Grupo Clarín³⁷, um dos maiores da América Latina na área das comunicações. Opositoristas declaravam que a lei cerceava a liberdade de expressão desses veículos, posteriormente desmentido pela Suprema Corte da Argentina, em 2013³⁸.

Contudo, a pressão sobre a Lei continuou, e após a eleição do atual presidente, Mauricio Macri, em 2015, passou por severas mudanças, perdendo muito de seu conteúdo original. No Brasil, alguns jornalistas³⁹ e emissoras comerciais comemoraram a decisão, destacando que o enfraquecimento da *Ley de Medios* resultava no “retorno à liberdade de imprensa”.

O exemplo na Argentina ilustra o enorme desafio por trás do estabelecimento de regras voltadas ao setor da comunicação, principalmente em países em que não existe regulação ou onde seja mal executada – caso do Brasil. O caso argentino também merece destaque por conta de sua proximidade com o Brasil, além da possibilidade de estabelecer comparações entre o histórico de ambos os países no campo da radiodifusão pública. Lara aponta como semelhanças entre o setor midiático de Brasil a Argentina:

Modelo de radiodifusão comercial, baseado na venda de publicidade; assimetria e concentração do setor privado; concentração das políticas

³⁶ "Ley de medios pode transformar mídia argentina". Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=23441>>. Acesso em: 5 jun. 2017; Como é a Ley de Medios que apavora o baronato da mídia. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/como-e-a-ley-de-medios-que-apavora-o-baronato-da-midia.html>>. Acesso em: 5 jun. 2017

³⁷ NUEVO VIDEO DEL GRUPO CLARÍN. Ley de medios: por qué va a contramano del mundo. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/Ley-medios-contramano-Grupo-Clarín_3_811748845.html>. Acesso em: 5 jun. 2017

³⁸ A Ley de Medios é constitucional. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-ley-de-medios-e-constitucional-3613.html>>. Acesso em: 5 jun. 2017

³⁹ O fim da Ley de Medios. Disponível em: <<http://www.oantagonista.com/posts/o-fim-da-ley-de-medios>>. Acesso em: 5 jun. 2017

públicas de radiodifusão no Executivo; resistência das empresas a um novo marco legal e a um novo órgão regulador (2013, p. 33).

O ponto defendido pela imprensa comercial argentina de que a *Ley de Medios* poderia ser um ato de censura reflete o histórico latino-americano de intensos regimes ditatoriais no século XX, caracterizados pela supressão de direitos constitucionais, censura prévia da imprensa, forte repressão a pessoas contrárias ao regime. Contudo, os atuais regimes democráticos possuem grande responsabilidade em promover uma comunicação responsável e que seja benéfica a sua população, assim defendido por Rothberg:

Embora o Estado tenha os meios para atuar como censor, a função a que é chamado a exercer na esfera das comunicações é outra. Parte-se do princípio de que o poder estatal deve ser instrumento de afirmação do poder público, que precisa ser de alguma forma capacitado concretamente à defesa da liberdade de expressão, diante do poder coercitivo de diversas instâncias atuantes no mercado. Pois, ao contrário, as oportunidades de expressão que o Estado deve criar não teriam como existir (2011, p. 20).

Como forma de ilustrar o papel do Estado na promoção do interesse público, as plataformas de imprensa estatal peruanas TV Peru e Radio Nacional passaram a contar com um noticiário produzido inteiramente com a língua quéchua – natural da região andina. O governo justifica que, assim, ele legitima a língua no espaço público, historicamente excluída no Peru. Censo de 2007 indica que 13% da população peruana fala a língua quéchua⁴⁰. Percebe-se que, até o final de 2016 – data em que o programa foi produzido – não havia nenhum programa produzido pelo Estado destinado aos falantes dessa língua.

Exemplos mundo afora retratam diversas experiências diferentes quanto à implementação de um sistema público de radiodifusão. Elas oferecem subsídios para análise, comparação e debate sobre os meios de comunicação e suas responsabilidades – não só no espectro estatal e público, mas também no ambiente comercial.

⁴⁰ TV peruana agora tem um noticiário em quéchua. Por que isso é um gesto político e social. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/12/17/TV-peruana-agora-tem-um-notici%C3%A1rio-em-qu%C3%A9chua.-Por-que-isso-%C3%A9-um-gesto-pol%C3%ADtico-e-social>> Acesso em: 6 jun. 2017

Dessa forma, o interesse de fazer jornalismo voltado ao interesse público está presente em diversas camadas da sociedade, e com isso, foram desenvolvidos ferramentas e princípios que contribuem para tal objetivo, utilizadas tanto por órgãos governamentais quanto por empresas privadas e entidades da sociedade civil organizada.

2.2. Ética no jornalismo

O exercício de uma comunicação de interesse público não deve ser exclusividade do Estado – apesar dele ser o principal incentivador no meio social. Sua prática deve estar inserida em diversos setores da sociedade, inclusive no setor privado – que somente atuam no espectro público por meio de concessão. No que cabe à imprensa, a atuação da iniciativa privada no espectro de radiodifusão de um país só deve acontecer caso sejam obedecidos diversos critérios de utilização.

No caso da lei brasileira⁴¹, deve-se comprovar capacidade técnica e financeira para executar o serviço, comprovação da idoneidade da entidade e de eventuais sócios, além de conter em sua programação programas jornalísticos, educativos, culturais e informativos, com incentivo à produção local – no caso, programas produzidos no município de outorga – e independente. Portanto, para que isso seja aplicado, tanto as emissoras públicas de comunicação como a legislação que as envolvem devem estar fortalecidas.

Já no aspecto interno das organizações, veículos e emissoras desenvolvem maneiras de autorregular suas atividades, normalmente consolidadas em cartilhas ou manuais de redação, os quais contêm desde boas práticas gramaticais a melhores formas de abordar certo conteúdo ou tema. Também fazem parte dessa autorregulação os princípios editoriais, que abordam os ideais éticos da organização, justificando seu *modus operandi*.

Como princípios norteadores mais gerais, existem os códigos de ética produzidos por entidades e órgãos não governamentais. A Unesco, desde 1978, tem organizado encontros consultivos com organizações internacionais e regionais de

⁴¹ Confira as novas regras para concessão de rádio e TV comercial. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2012/01/governo-muda-regras-para-concessao-de-radio-e-tv-comercial>>. Acesso em: 6 nov. 2017

jornalistas profissionais. A partir desses encontros, foram estabelecidos princípios internacionais da ética profissional no jornalismo, que devem servir como fonte de inspiração para códigos de ética nacionais e regionais⁴².

Ao todo, são dez princípios norteadores, resumidos em: o direito das pessoas de retificar informação; a dedicação do jornalista para a realidade objetiva; a responsabilidade social do jornalista; a integridade do jornalista profissional; o público tem acesso e participação; respeito à privacidade e dignidade humana; respeito ao interesse público; respeito aos valores universais e à diversidade de culturas; eliminação da guerra e de outros grandes males que confrontam a humanidade; promoção de uma nova ordem mundial de informação e comunicação.

No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) dispõe de um código de ética, em vigor desde 2007⁴³. Nele, estão dispostos capítulos referentes ao direito à informação, à conduta profissional do jornalista, à responsabilidade profissional do jornalista, às relações profissionais e à aplicação do código de ética em si.

A vigência de normas norteadoras e marcos regulatórios dá sustentação à criação de parâmetros de qualidade para a prática jornalística. Dessa forma, observa-se a importância de se estruturar um sistema de radiodifusão pública sólido, que apresente a seu público “outros referenciais que podem qualificar a condição do receptor em relação às mensagens dos meios comerciais” (Intervozes, 2009, p. 35). Caso esse conjunto de normas e regulações fosse idealmente implementado, seria possível observar a presença de um sistema de comunicação cuja concorrência entre veículos fosse pautada por aspectos mais criteriosos, o que fortaleceria o sistema de comunicação e, por consequência, o regime democrático de um país.

Por outro lado, o domínio majoritário de TVs e rádios comerciais na audiência gera, como no início da popularização dos jornais, a homogeneização de conteúdo. Como esses veículos buscam atingir o maior público possível, certos aspectos de pluralidade são perdidos e preferências de setores minoritários da população são marginalizadas. O resultado disso é a criação de um conteúdo artificial e

⁴² Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo | ABI. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>>. Acesso em: 21 out. 2017

⁴³ Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017

incompatível com a realidade da população. O crescimento do acesso à internet permitiu mais discussões sobre o tema e mudanças por parte das emissoras e da publicidade⁴⁴, mas ainda não resultou em uma iniciativa plena e espontânea.

Ao trazer a perspectiva da legislação de radiodifusão pública para o Brasil, é possível observar o desafio a ser traçado para sua implementação ativa e plena, do mesmo modo que foi enfrentado na Argentina. Apesar do Art. nº 220 da Constituição Federal destacar que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”⁴⁵, observa-se outro cenário em vigência. Apesar das normas, o projeto “Donos da Mídia” mostra que, até 2009, 271 políticos eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação no país⁴⁶. Esse dado mostra claramente a intervenção nociva de detentores do poder nos meios de comunicação, com potencial de atuar diretamente na linha editorial do veículo e de posicionar-se em prol de interesses pessoais, afastando esses meios de seu real papel na dinâmica democrática.

Dessa forma, pode-se inferir que a busca por um sistema de radiodifusão pública de qualidade está diretamente relacionada a um sistema político e democrático sólido, por possibilitar o direito à informação e à comunicação, promovendo um ambiente plural de debate de políticas públicas e de expressão cultural.

A presença de um sistema de comunicação pautado pelas premissas descritas acima é um ponto importante para a definição de padrões de qualidade para a prática jornalística em determinada região. A presença de órgãos reguladores cumpre papel de mesma importância, pois monitora a atividade jornalística de um local e ajuda a definir melhores práticas de atuação. Da mesma forma, os jornalistas também são atores importantes para a divulgação de conteúdo de interesse público de qualidade, além de participarem na criação de seus próprios códigos de conduta, como destaca Christofolletti:

⁴⁴ Nova campanha da Avon defende diversidade feminina. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/comercial-avon-mulheres-diversidade/>>. Acesso em: 6 jun. 2017

⁴⁵ Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 jun. 2017

⁴⁶ Entidades pedem fim de concessão de meios de comunicação a políticos com mandato. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/entidades-pedem-fim-de-concessao-de-meios-de-comunicacao-politicos-com>>. Acesso em: 6 jun. 2017

Como em qualquer grupo social, no meio jornalístico, a fixação de valores que orientem os comportamentos humanos é resultado de tensões e negociações entre os membros da comunidade interessada. Profissionais e organizações avaliam as condutas de seus pares, observam as condições de entorno, estabelecem prioridades, definem objetivos e papéis e apontam balizas que conformam as condutas. [...] A adesão ao contrato pelos membros da comunidade define a aceitação de certos comportamentos e o rechaço de outros, reforçando valores (como os de bom e ruim, certo e errado) e retroalimentando a prática (2011, p. 26-27).

De forma conjunta aos códigos de ética para a prática jornalística, inúmeros pesquisadores e jornalistas também atuam para promover o debate constante acerca da profissão e da atuação dos veículos de comunicação. Este trabalho pode ser materializado em artigos de opinião, blogs na internet e observatórios de mídia, já citados anteriormente nesta monografia. Outro espaço relevante para a visibilidade do interesse público no universo do jornalismo é por meio da figura do *ombudsman*, presente em jornais e revistas – termo sueco para “representante do cidadão”, o *ombudsman* atua nos jornais e revistas para receber as opiniões de leitores e realizar a crítica interna de um veículo de comunicação.

Por meio desses diversos elementos, após a redemocratização do Brasil e a criação da nova Constituição, foi estabelecido um novo paradigma para o sistema de radiodifusão brasileiro, abrindo espaço para a consolidação de debates e discussões em torno de melhorias para a atuação dos veículos e para a profissão jornalística. Dessa forma, aliado ao processo de abertura democrática, um novo ator passou a ter espaço no espectro jornalístico brasileiro – impulsionado pelo aumento do acesso à Internet no Brasil –, fornecendo novos subsídios para o debate da profissão: os veículos de comunicação estrangeiros.

2.3. O olhar internacional

Este tópico busca analisar a presença da imprensa estrangeira no Brasil, os fatores recentes que influenciaram sua inserção no país e a importância da cobertura desses veículos nos diversos eventos que ocorrem no Brasil. Em princípio, é necessário contextualizar a condição brasileira no cenário geopolítico mundial.

O Brasil participa de importantes blocos de cunho econômico e político, como o G20 – grupo de nações formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a

União Europeia –, e o BRICS – grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em estimativa da Fundação Alexandre de Gusmão, o Brasil está entre os dez países com maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo⁴⁷.

Além disso, o país sediou, nos últimos anos, os dois maiores eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo da FIFA em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Em seu relatório sobre a Copa do Mundo, a FIFA divulgou que cerca de 3,2 bilhões de pessoas assistiram o evento em algum momento⁴⁸. Durante a programação das Olimpíadas, o COI registrou audiência de 3,5 bilhões de pessoas⁴⁹, ou seja, cerca de metade da população mundial.

Associado a esse cenário, a última década foi marcada pelo aumento da exposição do Brasil aos olhos do mundo, que passou a transmitir de forma mais frequente as decisões que aconteciam no país, além de opinarem sobre o impacto de tais decisões no contexto global. Junto ao foco esportivo dos últimos anos, a imprensa estrangeira também passou a dar maior destaque para a cobertura política do país, impulsionada pelas Jornadas de Junho, em 2013, que tiveram forte participação popular.

Somado a isso, houve a massificação da Internet como meio de interação entre indivíduos. O fluxo de informações se torna cada vez mais instantâneo, diminuindo as fronteiras previamente existentes no meio físico, assim como destaca Jorge (2008, p. 26):

“Na era da informática, essas informações se multiplicam pelo mundo num emaranhado de redes de fibra ótica, interligadas a satélites. Sob o signo da ultravelocidade, dissolvem-se as fronteiras geográficas, formando um continuum de dados sem correspondências cronológicas. A noção de tempo e espaço é transfigurada. Tudo é veloz e imediato. O tempo real se dilui e se restaura sem direito a intervalos, no espaço ilimitado da internet”.

⁴⁷ Maiores Economias do Mundo. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-pesquisa/tabelas/top15pib.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017

⁴⁸ FIFA divulga números de audiência da Copa de 2014: mais de 1 bi na final. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/12/fifa-divulga-numeros-de-audiencia-da-copa-de-2014-mais-de-1-bi-na-final.html>>. Acesso em: 21 out. 2017

⁴⁹ Audiência da Rio-2016: metade da população mundial acompanhou a Olimpíada. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/audiencia-da-rio-2016-metade-da-populacao-mundial-acompanhou-olimpiada.html>>. Acesso em: 21 out. 2017

Segundo levantamento da União Internacional das Telecomunicações de 2015, o número de internautas no mundo já é de 3,2 bilhões de pessoas⁵⁰, e tal dinâmica também impacta na atividade jornalística. Segundo Maranhão (2017, p. 25), “não há mais exclusividade na cadeia produtiva convencional entre produtor e receptor da informação. A centralidade hoje se orienta num modelo em rede e voltado a um leitor que não cumpre mais apenas o papel de leitor”.

O surgimento de uma nova técnica de transmissão de informações também provocou o aumento da participação de agentes externos na transmissão de acontecimentos no Brasil, também impulsionado pelo surgimento de diversas mídias sociais. Em entrevista concedida para esta monografia, Mariana Schreiber Ribeiro⁵¹, repórter da BBC Brasil, destaca o papel das mídias sociais na popularização de veículos de comunicação estrangeiros:

Do ponto de vista da Internet, acho que ela é muito importante para o crescimento desses veículos. Porque as redes sociais criaram uma forma desses veículos estrangeiros se comunicarem diretamente com os leitores. Acho que as redes sociais são importantes para o aumento do alcance dessas empresas, inclusive a BBC.

Contudo, a presença estrangeira no Brasil não é recente. Como exemplo, a Associação de Correspondentes da Imprensa Estrangeira foi fundada em 1962 e reúne cerca de 110 profissionais associados⁵². O site da associação também destaca que o Brasil é país da América Latina com o maior número de correspondentes estrangeiros na região, enviados pelos principais veículos de comunicação do mundo.

Entre os recentes eventos de grande repercussão que ocorreram no país, o processo de impeachment de Dilma Rousseff ganhou os jornais do mundo todo.

⁵⁰ Mundo tem 3,2 bilhões de pessoas conectadas à internet, diz UIT. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/05/mundo-tem-32-bilhoes-de-pessoas-conectadas-internet-diz-uit.html>>. Acesso em: 21 out. 2017

⁵¹ RIBEIRO, Mariana Schreiber. *Entrevista concedida a Matheus Fernandes Ferreira de Oliveira*. Brasília, 23 mar. 2017.

⁵² ACIE - Associação de Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil. Disponível em: <http://www.acie.org.br/sobre_a_acie>. Acesso em: 21 out. 2017

Veículos de diversos países realizavam a cobertura dos trâmites políticos⁵³, analisavam sobre o que poderia acontecer⁵⁴ e o impacto que esse processo teria no âmbito geopolítico internacional⁵⁵. Alguns desses veículos também passaram a contar com jornalistas brasileiros, produzindo conteúdo voltado ao Brasil, porém pautado por princípios oriundos de suas sedes – e de seus países de origem.

O processo de impeachment de um presidente da república afeta todo um país em diversos segmentos, e sua concretização – ou não – atrai interesse de vários setores da sociedade, incluindo os meios de comunicação. Dessa forma, a escolha da BBC Brasil como ponto de análise da cobertura do impeachment parte da premissa de observar como foi realizada a cobertura de um escândalo político-midiático por uma empresa pública de radiodifusão, pautada por princípios específicos de diversidade e equilíbrio, sustentados por uma organização com mais de 70 anos de atividade no Brasil – apesar de ser sediada no Reino Unido.

⁵³ Brazil's Dilma Rousseff impeached by senate in crushing defeat. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/aug/31/dilma-rousseff-impeached-president-brazilian-senate-michel-temer>>. Acesso em: 21 out. 2017

⁵⁴ Golpe baixo no Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472665844_695837.html>. Acesso em: 21 out. 2017

⁵⁵ A difficult, but necessary, outcome in Brazil. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/a-difficult-but-necessary-outcome-in-brazil/2016/08/31/f4e84056-6f93-11e6-8533-6b0b0ded0253_story.html?utm_term=.d5711eb9953f>. Acesso em: 21 out. 2017

Capítulo III

BRITISH BROADCASTING CORPORATION - BBC

Este capítulo se dedica à análise do objeto de estudo desta monografia, a BBC. Nele, é apresentada a história da organização, com detalhes acerca de sua estrutura de radiodifusão – e porque ela é utilizada como referência em estudos sobre o tema. Após a contextualização mais geral, o capítulo se dedica à discussão da atuação da empresa no Brasil, sua trajetória e suas particularidades. Por fim, é apresentado o código de ética da BBC, além de uma entrevista com uma repórter da organização, cujos dados auxiliaram a compreensão dos princípios norteadores da empresa e forneceram subsídios para a análise do conteúdo produzido.

3.1. Breve contextualização histórica

A British Broadcasting Corporation – ou simplesmente BBC – é a organização pública de radiodifusão do governo britânico. Fundada em 1922, a BBC nasceu com o compromisso de produzir conteúdo de qualidade, dentre eles notícias, música, teatro, cinema, além de programas humorísticos e de variedades.

Apesar de sua vinculação com o governo britânico, o serviço público de radiodifusão do país foi criado sob a égide de que, para que se possa produzir um conteúdo de qualidade, é preciso atuar com autonomia, tanto no âmbito estatal quanto comercial. Rothberg explicita a consequência desse tipo de produção para a sociedade, aplicada nas primeiras transmissões radiofônicas da BBC.

Esse contexto nos leva à noção da ‘autonomia socialmente responsável’ em relação ao Estado e ao mercado, esboçada por teorias que focam a necessidade da existência de uma pluralidade de vozes na programação de TV, que seria provida por um sistema público de radiodifusão independente de anunciantes e de governos (2011, p. 14).

Contudo, a consolidação da BBC não ocorreu sem conflitos. Sua manutenção se deu a partir do esforço de pessoas que atuavam na organização e também no parlamento britânico. A fim de embasar e justificar a atuação da BBC enquanto serviço público de radiodifusão, diversas pesquisas foram realizadas (Rothberg, 2001, p. 22), tanto para elucidar as diferenças entre os serviços de radiodifusão – como o público e o privado – quanto para traçar diagnósticos sobre o conteúdo produzido e melhorá-lo continuamente.

Como estratégia de autonomia financeira, foi decidido que o modelo de financiamento da BBC seria por meio de uma taxa anual paga por cada detentor de televisor ou rádio (Intervozes, 2009, p. 242) – taxa também conhecida como *licence fee* – sendo vedada a venda de anúncios publicitários.

Outra ferramenta desenvolvida para fortalecer a atuação da BBC foi a criação de uma regulação própria⁵⁶, com o intuito de fornecer um referencial de abordagem, regras de cobertura e compromissos da organização perante seus públicos. Tais compromissos são atualizados constantemente⁵⁷, de modo que seu posicionamento seja condizente com as mudanças sociais e tecnológicas do mundo, porém sustentado por seus princípios fundadores.

Em paralelo à criação de uma regulação própria, também surgiram normatizações responsáveis por fiscalizar o conteúdo produzido e por regular a atuação midiática em geral. Desde 2003⁵⁸, tais normatizações passaram a estar sob o controle de um órgão regulador, o Office of Communications (Ofcom).

Figura 2 – Logo da organização BBC



⁵⁶ BBC - Editorial Guidelines. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/guidelines>>. Acesso em: 2 mai. 2017

⁵⁷ BBC - Our objectives for 2015/16 - Inside the BBC. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/insidethebbc/whoweare/mission_and_values/objectives.html>. Acesso em: 2 mai. 2017

⁵⁸ What is Ofcom? Disponível em: <<https://www.ofcom.org.uk/about-ofcom/what-is-ofcom>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

Fonte: Site oficial da BBC⁵⁹

A fundação da BBC, calcada pelo compromisso público de fornecer conteúdo de qualidade e com incentivo à diversidade, conferiu à empresa um alto nível de credibilidade e popularidade perante a população britânica, cujo indicador prevalece até hoje, o que tornou a BBC uma referência mundial de sistema de radiodifusão. Segundo o Intervezes (2009, p. 235), a BBC foi a precursora na concepção de serviço público de comunicação: “historicamente, a corporação é protagonista na definição da missão e propósitos desse tipo de mídia e até hoje sustenta um alto grau de aceitação popular”.

Estudo recente (Rothberg, 2011, p. 53) mostra que a participação da BBC no valor total movimentado pelo mercado de mídia britânico corresponde a 23% do todo, num contexto em que existe a concorrência de TVs por assinatura, emissoras comerciais de rádio e operações de Internet.

O surgimento de novas tecnologias não tirou o protagonismo da BBC no campo da comunicação. Conforme surgiam novas técnicas de produção, como a TV e a internet – além do interesse privado de explorar essas novas possibilidades -, a BBC traçou estratégias para estimular sua produção. Dessa forma, a BBC se mantém relevante e com uma amplitude de atuação bastante significativa, transmitindo em mais de 40 idiomas e com a maior audiência radiofônica do mundo⁶⁰.

Por fim, é importante observar o contexto histórico no qual a BBC foi fundada. Seu compromisso público de produzir conteúdo com diversidade e qualidade também dialogou com a necessidade do governo britânico de expandir sua influência mundo afora. A expansão se iniciou em 1932 (Leal Filho, 2008, p. 17), com a transmissão de notícias de Londres em inglês para o exterior, episódio que resultou na criação do Serviço Imperial – que depois passou a ser chamado de Serviço Mundial de radiodifusão.

⁵⁹ BBC - About the BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

⁶⁰ Sobre a BBC. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/historia.shtml>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

Posteriormente, em 1938, houve uma nova expansão, com o objetivo de produzir material em outros idiomas. Os idiomas escolhidos foram o árabe, o espanhol e o português. Tal escolha fora impulsionada pela concorrência de outros países, que utilizavam desse artifício para ocupar um espaço político nas regiões afetadas por suas transmissões, num movimento que antecedia a Segunda Guerra Mundial, iniciada um ano depois.

Dessa forma, impulsionada por uma forte ação diplomática, a BBC começou a transmitir conteúdo em português, iniciando assim sua atuação no Brasil, por rádio, no ano de 1938.

3.2. A BBC Brasil

A primeira transmissão da BBC em português aconteceu no dia 15 de março de 1938, como componente do serviço latino-americano de rádio. À época, a transmissão do serviço latino-americano era segmentada da seguinte forma: as notícias produzidas pelo noticiário britânico eram traduzidas e, no programa, eram lidas em espanhol e português, respectivamente. Caso algum diretor da BBC fizesse alguma declaração para o público do programa, ela era transmitida em inglês, e em seguida eram feitas as leituras de suas palavras em espanhol e português. A princípio, o papel do serviço latino-americano consistia em traduzir as informações produzidas pela Central de Notícias da BBC. Assim, em sua fundação não havia conteúdo voltado para o Brasil ou para outros países.

Mesmo transmitindo de forma literal o noticiário britânico em outro idioma, o serviço latino-americano conquistou adeptos no Brasil. Leal Filho destaca os motivos para o ganho de audiência dos programas da BBC no país:

Se os programas não obtiveram grande repercussão num primeiro momento, aos poucos foram se consolidando e criando ouvintes fiéis. No Brasil, a censura do Estado Novo e, em seguida, a eclosão da guerra na Europa eram motivos mais do que suficientes para garantir expressiva audiência à nova emissora (2008, p. 21).

Contudo, o horário da transmissão no Brasil – influenciado pelo fuso horário, a transmissão ocorria fora do horário comercial –, a forma como os boletins eram transmitidos e o distanciamento entre as notícias veiculadas e a realidade do público brasileiro levou algumas pessoas a sugerirem mudanças no *modus operandi* da programação. Aos poucos, os *feedbacks* foram introduzidos à transmissão, conferindo aos programas maior aproximação com seu público, como afirma Leal Filho:

Ao longo do tempo, essas e outras observações de ouvintes foram sendo incorporadas ao serviço latino-americano e, posteriormente, ao brasileiro. Algumas por decisão da BBC, incluindo em suas transmissões, por exemplo, outros gêneros de programas, como entrevistas e radioteatro. Outras, pela percepção que os ouvintes passaram a ter sobre a veracidade do noticiário transmitido, principalmente em momentos de censura nos seus respectivos países (2008 p. 23).

Durante a Segunda Guerra Mundial, ainda conforme Leal Filho, por exemplo, a BBC desempenhou um importante papel durante a transmissão dos fatos que ocorriam na guerra, tanto nas negociações políticas dos países envolvidos, quanto na cobertura dos conflitos. No Brasil, houve destaque para a campanha da Força Expedicionária Brasileira⁶¹, com o envio do correspondente Francis Hallawell, o Chico da BBC, que acompanhou os soldados brasileiros na Itália⁶².

A cobertura da Segunda Guerra Mundial e a divisão do serviço latino-americano em dois no mesmo período – agora com uma parte totalmente dedicada ao Brasil –, conferiram à BBC um papel de destaque na audiência radiofônica brasileira, disputando público com outras emissoras brasileiras de rádio. Além disso, outras emissoras também passaram a retransmitir os programas da BBC em ondas médias, o que aumentou seu alcance no país. A BBC, inicialmente, transmitia seu conteúdo por ondas curtas, o que limitava seu alcance. Leal Filho explica:

⁶¹ “Nome dado à força militar brasileira constituída em 9 de agosto de 1943 para lutar na Europa ao lado dos países Aliados, contra os países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial. Integrada inicialmente por uma divisão de infantaria, a FEB acabou por abranger todas as tropas brasileiras envolvidas no conflito.” Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>>. Acesso em: 22 out. 2017

⁶² BBC Brasil nasceu em 1938 com notícia sobre Hitler. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/institucional/090120_expediente_tc2.shtml> Acesso em: 10 jun. 2017

O ouvinte que, em princípio, buscava na BBC notícias confiáveis sobre a guerra, recebia também uma série de programas em português produzidos sob as regras de um serviço público cada vez mais diferenciado do modelo comercial adotado no Brasil (2008, p. 26).

Com o fim da guerra, vários serviços de rádio da BBC para outros países foram reduzidos. Contudo, o governo britânico via com bons olhos o serviço em espanhol e português e o tinha como instrumento mais eficaz de divulgação da Grã-Bretanha. Além disso, havia a percepção de que a BBC tinha alcançado a estima do público latino-americano. Dessa forma, o serviço latino-americano continuou e se consolidou, passando a ter mais autonomia na transmissão de seus programas e produção de conteúdo original.

Em 1964, com o início do regime militar no Brasil, a BBC começa a exercer outro papel de importância, o de romper com o bloqueio informativo do país, de forma semelhante ao que ocorria no Estado Novo na década de 1930. O serviço brasileiro da BBC continuou a noticiar os acontecimentos, mesmo com retaliações do governo brasileiro e da embaixada brasileira em Londres. Em um momento, identificou-se que havia um informante da embaixada na redação, que observava o teor das matérias produzidas. Leal Filho (2008, p. 71) conta como o então chefe do serviço brasileiro da BBC, Vamberto Moraes, reagiu a essa situação:

Vamberto é convidado para um chá com o embaixador. Ele se queixa do tratamento dado por um programa da BBC a determinadas ações do governo brasileiro. O chefe do serviço surpreende-se porque o programa estava gravado e ainda não havia ido ao ar. Dá conhecimento do fato ao embaixador, acrescentando que a transmissão seria feita de qualquer forma, como de fato o foi (2008, p. 71).

Com o fim da ditadura e o início da redemocratização no Brasil, em meados da década de 1980, o serviço brasileiro da BBC passou por mudanças estruturais. Os receptores de rádio que transmitiram em ondas médias e frequências modulares se tornaram populares no Brasil, além da presença da televisão em grande parte das casas brasileiras. A saída encontrada pela BBC foi estabelecer parcerias com emissoras brasileiras de rádio, a fim de manter-se presente na audiência radiofônica com seus programas.

No fim da década de 1990, mais precisamente em 1999, a BBC Brasil inicia suas atividades na Internet, previamente destinada a divulgar suas transmissões de rádio. Com a popularização da Internet e a criação de parcerias também no âmbito digital, o serviço online começou a ganhar corpo, o que resultou no aumento dos investimentos voltados ao serviço brasileiro, tanto estrutural quanto profissional.

No âmbito televisivo, a BBC firmou acordo com a Rede Bandeirantes de Televisão, e passou a transmitir reportagens em vídeo para a emissora. Além do seu próprio site, o conteúdo jornalístico da BBC Brasil aparece em vários sites parceiros, entre eles os principais portais e sites de notícias do país. Nos últimos anos, a BBC Brasil tem desenvolvido uma operação multimídia, em que o conteúdo de suas reportagens atinge o público brasileiro por meio de texto, áudio e vídeo.

A BBC Brasil também possui ampla atividade em suas mídias sociais, como o Facebook, o Instagram e o Twitter, com a confecção de conteúdo exclusivo para cada plataforma, além de divulgação de eventos ao vivo e de matérias publicadas em seu site. Atualmente, a BBC Brasil tem cerca de 30 funcionários, sendo eles 25 jornalistas, divididos entre sua sede, em Londres, um escritório em São Paulo e correspondentes em Brasília e Washington (EUA) – dados de 2011.⁶³ Em 2006, o site da BBC Brasil era o segundo colocado em audiência no Serviço Mundial da própria instituição, atrás apenas do inglês.

A cobertura da BBC no Brasil, com o passar dos anos, passou a ser mais próxima aos interesses brasileiros, mantendo-se atualizada com as novas técnicas de comunicação e carregando o princípio formador da empresa. A escolha da BBC Brasil como veículo de referência para análise do processo de impeachment de Dilma Rousseff se justifica pela sua longa história de atuação do país e em razão de sua proposta de compromisso com a prática ética do jornalismo. O fato da BBC ser constituída por princípios de radiodifusão pública, mesmo oriunda de outro país, – e ser o maior exemplo de sucesso desse sistema – dá mais peso à análise e serve como parâmetro de comparação a coberturas feitas por outros veículos de comunicação.

⁶³ BBC Brasil nasceu em 1938 com notícia sobre Hitler. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/institucional/090120_expediente_tc2.shtml> Acesso em: 10 jun. 2017

3.3. Código de ética da BBC

O código de ética da BBC – ou seus princípios editoriais⁶⁴ – é um documento que contém os valores e padrões estabelecidos pela organização. Ele também define as boas práticas a serem empregadas por todos os produtores de conteúdo da BBC. Leal Filho (2008, p. 159-245) apresenta uma versão resumida, traduzida pela BBC Brasil no ano de 2005.

Abaixo, serão destacados os valores editoriais da organização, a fim de evidenciar alguns princípios fundamentais de funcionamento da BBC quanto ao seu conteúdo e sua abrangência – no caso, todo seu serviço de radiodifusão. São eles: imparcialidade e diversidade de opinião; integridade e independência editorial; servir o interesse público; consideração; privacidade; dano e ofensa; crianças e prestação de contas.

O princípio de **Imparcialidade e diversidade de opinião** aponta que a BBC busca apresentar todas as correntes de opinião significativas, explorando sua variedade e conflitos, além de produzir conteúdo de forma objetiva e equilibrada, apresentando “opiniões profissionais quando elas forem apropriadas, mas jamais promover um ponto de vista específico quanto a questões polêmicas de política, de políticas públicas ou industriais”.

O segundo princípio da BBC, **Integridade e independência editorial**, prega que a organização atua de forma independente do Estado e de influências partidárias e comerciais, o que leva ao terceiro princípio: **Servir o interesse público**. Nele, a BBC destaca seu papel em produzir reportagens de relevância para seu público, além de promover um amplo fórum para o debate na sociedade. “Nosso conhecimento especializado deve contribuir com autoridade e análise para o complexo mundo em que vivemos”.

O princípio de **Consideração** destaca a necessidade de produzir conteúdo com justiça, honestidade e transparência, além de formas de tratamento a fontes e entrevistados que possam participar de produções jornalísticas.

⁶⁴ BBC - Editorial Guidelines. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/guidelines>>. Acesso em: 6 jun. 2017

Quanto à **Privacidade**, a BBC enfatiza o respeito à privacidade, mas salienta que ela poderá ser violada “se houver motivo de força maior” e “haja indiscutível interesse público”.

No princípio de **Dano e ofensa**, a BBC salienta que é importante retratar o mundo como ele é, incluindo aspectos considerados impróprios para determinado público ou faixa etária. O princípio também inclui a responsabilidade de “assegurar que material impróprio para crianças seja programado de forma correta”, algo semelhante às regras de classificação indicativa existentes no Brasil.

No trecho destinado a **Crianças**, a organização ratifica seu dever em proteger o bem-estar de crianças e jovens que “contribuem e aparecem em nosso conteúdo, incluindo o direito de serem ouvidos”. Neste princípio, é detalhada a política de proteção à criança da BBC.

Por fim, o princípio de **Prestação de contas** afirma que a “contínua confiança do público na BBC é parte crucial de nosso contrato de concessão”. Este princípio explicita questões relativas à transparência e à admissão de equívocos, incentivando uma cultura de aprendizado a partir do público.

No Brasil, os princípios que regem a operação da BBC são os mesmos desde sua criação, podendo haver adaptações de acordo com sua plataforma de veiculação – no caso da BBC Brasil: texto online, áudio e vídeo. Rogério Simões, ex-diretor da BBC Brasil, em depoimento de 2009 publicado no site da organização⁶⁵, apresenta algumas dessas diferenças. No caso dos textos online, tem-se a preocupação em fornecer textos com parágrafos curtos e conteúdo simples e direto, “seguindo a tradição estabelecida no jornalismo online”. Já para textos analíticos, normalmente envolvendo temas complexos, os parágrafos são mais longos e “exigem maior atenção do leitor, por se aprofundarem no tema”. Os princípios de objetividade, imparcialidade e simplificação também reverberam nas produções em áudio e vídeo da BBC.

⁶⁵ Texto da BBC busca objetividade, equilíbrio e correção. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/institutional/2009/04/090423_jornalismobbcc.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2017

Como forma de traçar um paralelo entre os princípios propostos e o cotidiano de transmissão de notícias, a repórter da BBC Brasil Mariana Schreiber Ribeiro⁶⁶ detalha a relação dos princípios editoriais com sua produção diária:

No caso da BBC, a gente tem os princípios editoriais, que cada veículo tem uma linha diferente e ela certamente influi na forma de produção e no que você [jornalista] vai produzir. [...] No caso da BBC Brasil, existe uma preocupação muito grande com o equilíbrio, que é uma forma muito mais palpável e menos robótica de abordagem. Então, busca-se fazer com que as matérias tragam lados diferentes de uma questão, e isso é bastante importante. [...] Também é importante puxar dados que comprovem ou confrontem o que essas pessoas estão falando. Além disso, a gente tem grande preocupação com promoção dos direitos humanos e de igualdade. A gente faz muitas matérias sobre questão de gênero, destacando a importância da igualdade etc. A gente tem uma preocupação interna, que eu acho um diferencial, que trata de ouvir mais fontes mulheres. É uma preocupação nossa, tanto de ter mais mulheres falando nas matérias quanto pessoas negras.

Os dados obtidos na entrevista, à luz dos valores editoriais da organização, auxiliam no processo de análise quanto à aplicabilidade dos princípios norteadores da BBC à realidade jornalística. De forma a consolidar uma percepção mais completa do fenômeno a ser estudado, utiliza-se como corrente metodológica o processo de análise de conteúdo. Tal ferramenta foi utilizada para avaliar as matérias produzidas pela BBC Brasil durante o impeachment, e forneceu subsídios para salientar o debate acerca da importância de um sistema sólido de radiodifusão em um Estado democrático.

⁶⁶ RIBEIRO, Mariana Schreiber. *Entrevista concedida a Matheus Fernandes Ferreira de Oliveira*. Brasília, 23 mar. 2017.

Capítulo IV

METODOLOGIA

Como o objetivo desta monografia consiste em analisar de que forma foi realizada a cobertura jornalística da BBC Brasil durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, optou-se pela análise das notícias produzidas, consolidada pela metodologia de análise de conteúdo. Bardin descreve a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (2009, p. 44).

Bardin (2009) divide o processo de análise de conteúdo em três fases fundamentais: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, por meio de inferências.

Durante a pré-análise, são escolhidos os documentos a analisar, são formuladas as hipóteses e objetivos, além da elaboração de categorias que fundamentem a interpretação final. Todos os fatores interagem entre si. Nessa fase da análise é definido o *corpus* da pesquisa – que é o conjunto dos documentos levados em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras.

A segunda etapa – de exploração do material – consiste fundamentalmente na aplicação sistemática das decisões tomadas previamente durante a pré-análise. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2009, p. 127).

Já a terceira e última etapa da análise de conteúdo consiste em dar significado aos resultados brutos oriundos da segunda etapa, por meio de inferências, utilizando como base os referenciais teóricos utilizados na pesquisa.

Franco salienta a importância da produção de inferências no processo de análise de conteúdo:

Produzir inferências é, pois, *la raison d'être* da análise de conteúdo. É ela que confere a esse procedimento relevância teórica, uma vez que implica pelo menos uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem (escrita, falada e/ou figurativa) é sem sentido até que seja relacionado a outros dados (2008, p. 29).

É importante destacar que a análise de conteúdo possui abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa, cuja escolha varia de acordo com a natureza do material a ser analisado e os objetivos da análise de conteúdo. Bardin explica a diferença entre as duas análises:

A abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências (2008, p. 29).

Por fim, é feita a categorização dos elementos analisados, de forma a agrupar pontos em comum e auxiliar na formulação de significados a esses grupos de mensagens. Segundo Franco (2008), a análise de conteúdo atua como uma ferramenta importante no estudo de coberturas jornalísticas, por permitir a utilização de padrões pré-determinados para comparação – nesta monografia, serão utilizados os referenciais teóricos presentes nos capítulos anteriores, além dos próprios princípios norteadores do jornalismo da BBC Brasil.

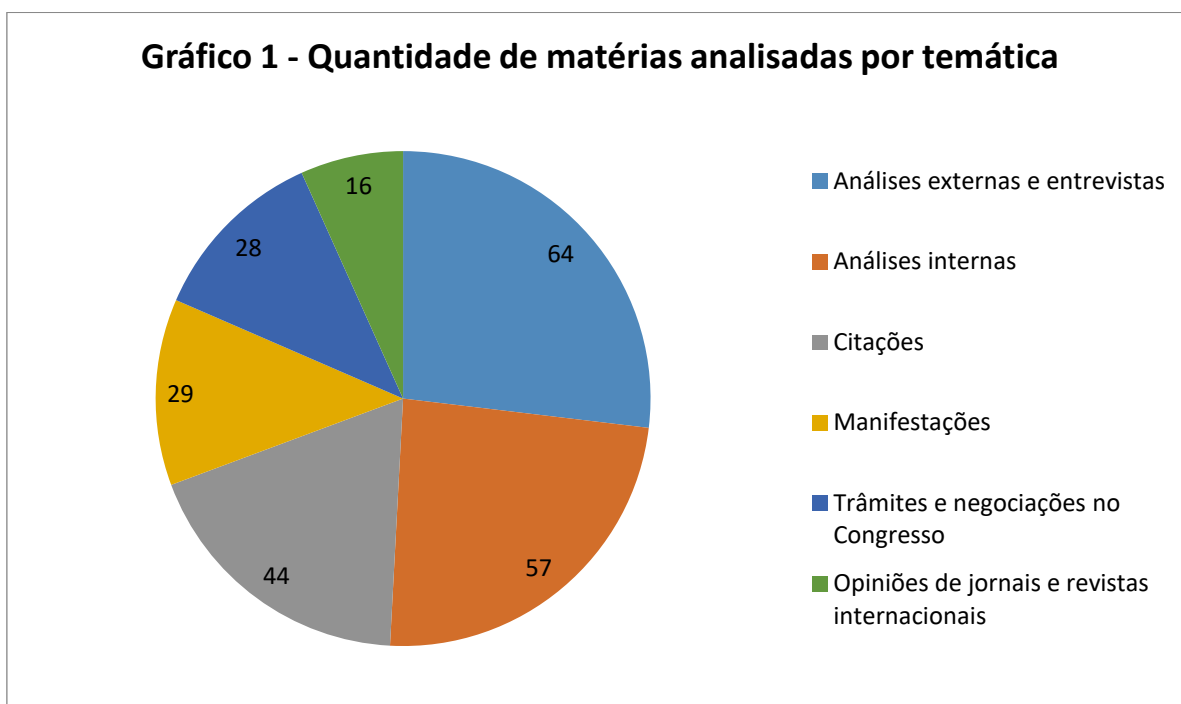
Dessa forma, à luz da metodologia de análise de conteúdo, busca-se realizar nesta monografia a leitura e interpretação das matérias produzidas pela BBC Brasil na internet, a fim de traçar elementos que ajudem a compreender como se deu a cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e observar a concordância entre a abordagem utilizada nas matérias com os princípios editoriais que conduzem a operação da BBC em todos os países do serviço mundial de radiodifusão da empresa, incluindo o Brasil.

4.1. *Corpus* da pesquisa

Para o *corpus* da pesquisa, foram selecionadas matérias referentes ao impeachment de Dilma Rousseff no período de 152 dias que correspondeu ao intervalo de uma semana antes da aceitação do pedido de impedimento (25/11/2015) até uma semana após a votação de admissibilidade de impedimento na Câmara dos Deputados (24/4/2016). Foram selecionadas exclusivamente matérias em que o tema “impeachment” e alguma menção à presidenta estivessem reportadas em seu título ou texto de apoio, todas veiculadas no site da BBC Brasil.

Foram selecionadas, ao todo, 238 matérias relativas ao impeachment de Dilma Rousseff, as quais foram lidas e divididas de acordo com o assunto predominante no texto. Primariamente, dividiu-se em seis temáticas: Análises externas e entrevistas (64); Análises internas (57); Citações (44); Manifestações (29); Opiniões de jornais e revistas internacionais (16); Trâmites e negociações no Congresso (28).

A categoria “citações”, com 44 matérias, foi descartada da análise, uma vez que apenas trazia textos com poucas citações referentes ao impeachment ou com pouca relevância ao tema. As cinco temáticas restantes foram utilizadas para a pesquisa, o que contabiliza 194 matérias publicadas no site da BBC Brasil durante o período de análise proposto.



Por meio desta primeira categorização de matérias, torna-se possível realizar uma escolha mais refinada das matérias produzidas sobre o tema, partindo para uma análise mais completa quanto ao conteúdo veiculado.

4.2. Descrição dos resultados

Por meio da divisão temática das matérias referentes ao impeachment, foram reunidos textos com assuntos predominantes em comum, de forma a facilitar a análise por categorias, a ser feita posteriormente.

Na categoria temática com mais aparições, a de “análises externas e entrevistas” – 64 no total –, registram-se matérias que, em sua manchete ou subtítulo, contenham explicitamente um ponto de vista oriundo de uma fonte ou de um entrevistado.

Figura 3 – Entrevista com especialista de consultoria de risco político internacional



The image is a screenshot of a news article from BBC Brasil. At the top, there is a navigation bar with the BBC logo, a login button labeled 'Entrar', and a 'Menu' button. Below this is a red header with the word 'BRASIL' in white. Underneath the header is a horizontal menu with links for 'Notícias', 'Brasil', 'Internacional', 'Economia', 'Saúde', 'Ciência', 'Tecnologia', and 'Aprenda Inglês'. The main headline of the article reads: "'Brasil tem que limpar a casa, impeachment não basta', diz presidente de consultoria de risco dos EUA". Below the headline, the author's name 'Luís Barrucho - @luisbarrucho' and affiliation 'Da BBC Brasil em Londres' are listed. The date '18 março 2016' is shown on the left, and social media sharing icons for Facebook, Twitter, Messenger, Email, and a general 'Compartilhar' button are on the right. The article features a large portrait of Ian Bremmer, a man with glasses wearing a dark suit jacket over a light blue shirt. A small 'EURASIA GROUP' logo is visible in the bottom right corner of the portrait. Below the portrait, a short text snippet reads: 'Presidente da Eurasia Group, Ian Bremmer ressalva, contudo, que renúncia de presidente não deve trazer "solução imediata" ao Brasil'.

Especialista em países emergentes e presidente do Eurasia Group, uma das maiores consultorias de risco político do mundo, o americano Ian Bremmer diz acreditar que o retorno de Lula ao governo "não vai salvar" a presidente Dilma Rousseff do fim antecipado de seu mandato.

Nessa divisão temática, predominam as matérias do gênero reportagem, ou seja, abordagens não factuais e com maior profundidade de conteúdo. Quanto ao posicionamento das fontes entrevistadas, foram encontradas 14 matérias em que era expressada uma posição favorável ao impedimento, 13 em que era exposto um ponto de vista contrário ao impeachment e seis em que opiniões antagônicas eram apresentadas. Nas 31 matérias restantes, prevaleciam análises acerca da situação do processo, o impacto para o regime democrático brasileiro e para a imagem internacional do país.

Quanto às fontes entrevistadas, participaram historiadores, pesquisadores, juristas, ONGs, agências de risco, empresários e políticos. Das fontes entrevistadas, somente Adilson Dallari, Ives Gandra Martins, Janaína Paschoal (com visão favorável ao impeachment), James Green e Dalmo Dallari (com visão contrária ao impedimento) apareceram em mais de uma matéria.

Figura 4 – Entrevista com líderes das manifestações pró e contra o impeachment



Em “análises internas” – com 57 aparições –, também predominam as matérias do gênero reportagem, com narrativas mais longas e contextualização

sobre o tema. Nesta temática, predominavam as manchetes que utilizaram termos de contextualização em seu título, como “entenda”, “como”, ou utilizando uma interrogação no fim da sentença. As outras matérias dão destaque para análise de eventos que ocorreram durante o processo do impeachment – o que aconteceu e projeções futuras. As matérias presentes nas “análises internas” também possuem entrevistas com especialistas e fontes, mas elas atuam como sustentação à matéria.

Figura 5 – Matéria que contextualiza o processo de impeachment em curso



BBC Entrar Menu

BRASIL

Notícias Brasil Internacional Economia Saúde Ciência Tecnologia Aprenda Inglês

Quem, como, quando? Entenda a batalha do impeachment na Câmara

Adriano Brito - @adrianobrito
Da BBC Brasil em São Paulo

22 março 2016

f t e Compartilhar

AG. CAMARA

Previsão é que trâmite do impeachment seja acelerado na Câmara dos Deputados

Em meio a todo o barulho causado pela nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – hoje suspensa em meio a uma batalha judicial – e à divulgação de conversas telefônicas dele com a presidente Dilma Rousseff, a tramitação do impeachment se tornou realidade no Congresso Nacional.

Nas matérias dedicadas à cobertura dos protestos, inseridos na categoria temática “manifestações”, os textos eram essencialmente factuais, por se tratar de uma cobertura *in loco* dos eventos e dos manifestantes. A cobertura das manifestações pela BBC Brasil concentrou-se em dois grandes atos, realizados em dezembro de 2015 e março de 2016, tanto por movimentos pró-impeachment e contra o afastamento de Dilma Rousseff.

Figura 6 – Cobertura das manifestações favoráveis ao *impeachment*

BBC Entrar Menu

BRASIL

Notícias | Brasil | Internacional | Economia | Saúde | Ciência | Tecnologia | Aprenda Inglês



Slogans, desabafos, 'jararacas' e Kataguiri: imagens e vozes do protesto na Paulista

© 14 março 2016 [f](#) [t](#) [v](#) [e](#) [c](#) Compartilhar

Centenas de milhares de pessoas compareceram à Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, no domingo, para protestar contra o governo.

Das matérias presentes nesta categoria, 12 delas cobriam manifestações favoráveis ao impeachment e oito foram dedicados aos protestos contrários ao impedimento. As outras nove matérias continham análises prévias e posteriores aos protestos. Nelas, os textos traziam depoimentos dos manifestantes, estimativa de público e falas dos organizadores do evento.

Figura 7 – Cobertura das manifestações contrárias ao *impeachment*



BRASIL

Notícias | Brasil | Internacional | Economia | Saúde | Ciência | Tecnologia | Aprenda Inglês

Dezenas de milhares vão às ruas contra o impeachment em São Paulo e no Rio

© 18 março 2016

A sexta-feira foi de protestos distribuídos por todo o país. Em 26 Estados e no Distrito Federal, dezenas de milhares de pessoas foram às ruas contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Em “Opiniões de jornais e revistas internacionais”, foram publicadas matérias com o ponto de vista da imprensa internacional sobre os episódios do impeachment. Foram publicadas opiniões dos seguintes jornais e revistas: Financial Times (Reino Unido), The Economist (Reino Unido), The Observer (Reino Unido), Los Angeles Times (EUA), New Yorker (EUA), The Washington Post (EUA), New York Times (EUA), The Guardian (Reino Unido), El País (Espanha), La Nación (Argentina), Le Monde (França) e Wall Street Journal (EUA).

Muitos deles comentam o clima de tensão política em torno do processo de impeachment, com análises acerca do impacto que o afastamento de Dilma Rousseff poderia proporcionar para a economia e democracia brasileira.

Figura 8 – Matéria analisa os impactos do impeachment para o Brasil



The image shows a screenshot of a news article on the BBC Brasil website. At the top, there is the BBC logo and navigation links for 'Entrar' and 'Menu'. Below this is a red header with the word 'BRASIL' in white, followed by a menu of categories: 'Notícias', 'Brasil', 'Internacional', 'Economia', 'Saúde', 'Ciência', 'Tecnologia', and 'Aprenda Inglês'. The main headline reads: 'Para 'Financial Times', impeachment pode ser apenas o início de mais problemas e jogar país 'no caos''. Below the headline, it says '14 abril 2016' and includes social media sharing icons for Facebook, Twitter, and Email, along with a 'Compartilhar' button. A photograph of Dilma Rousseff speaking at a podium is shown, with a caption below it: '"Financial Times" vê risco de instabilidade com o impeachment'. At the bottom of the article, a short summary states: 'O jornal britânico *Financial Times* diz acreditar que o impeachment da presidente Dilma Rousseff pode ser apenas o começo de mais problemas para o Brasil.'

Na categoria “trâmites e negociações no Congresso”, as matérias, em sua maioria, concentram-se em ambientar o clima prévio ou posterior a algum evento de destaque para o processo. Nesta temática, predominam as matérias do gênero notícia – ou seja, matérias de cunho factual, sem muito aprofundamento do conteúdo veiculado.

Figura 9 – Entrevista com o presidente do Conselho de Ética da Câmara



The image shows a screenshot of a news article on the BBC Brasil website. At the top, there is the BBC logo and navigation links for 'Entrar' and 'Menu'. Below this is a red header with the word 'BRASIL' in white, followed by a menu of categories: 'Notícias', 'Brasil', 'Internacional', 'Economia', 'Saúde', 'Ciência', 'Tecnologia', and 'Aprenda Inglês'. The main headline reads: ''Cunha quer destruir opositores, um a um', diz presidente do Conselho de Ética'. Below the headline, it says 'Ricardo Senra' and 'Enviado especial da BBC Brasil a Brasília'. The date is '29 março 2016' and includes social media sharing icons for Facebook, Twitter, and Email, along with a 'Compartilhar' button. A short summary at the bottom states: '"Eduardo Cunha quer destruir, um a um, os opositores que debatem sua cassação democraticamente na Câmara", diz o deputado José Carlos Araújo (PR-BA), presidente do Conselho de Ética da Casa.'

No dia 17 de abril, data da votação do impeachment na Câmara dos Deputados, a BBC Brasil publicou um especial chamado “Vozes do Impeachment”. Nele, quatro pessoas, de regiões e classes sociais distintas, opinavam sobre o processo de impedimento. Dois depoimentos possuíam uma visão favorável ao impeachment, enquanto os outros dois manifestavam um posicionamento contrário à saída do governo de Dilma Rousseff. Para fins de categorização temática, tais matérias foram inseridas na seção “análises externas e entrevistas”.

Capítulo V

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a divisão das matérias analisadas por temáticas, parte-se para a categorização qualitativa das matérias produzidas pela BBC Brasil durante o processo de impeachment. Enquanto as divisões temáticas permitem inferências quantitativas sobre o material de pesquisa, as categorias abaixo permitem uma observação qualitativa ao conteúdo veiculado.

Dessa forma, após a definição da amostra e descrição temática das matérias analisadas – com base no referencial teórico –, foram definidas as principais categorias de análise para a pesquisa:

- **Pluralidade e diversidade das fontes:** consideramos esta categoria relevante para observar se os princípios editoriais propostos pela BBC estão em conformidade com o conteúdo analisado, além de identificar eventuais desvios ao código de ética do veículo.
- **Aprofundamento do texto noticioso:** esta categoria também observará a rotina noticiosa da BBC Brasil quanto à profundidade das matérias produzidas durante o processo de impeachment.
- **Parcialidade:** esta categoria busca analisar se a BBC Brasil, em algum momento de sua cobertura, toma partido ou realiza uma cobertura desequilibrada durante o processo de impeachment.
- **Espetacularização:** por fim, esta categoria busca analisar se a cobertura da BBC Brasil se apropriou de características inerentes ao escândalo político midiático, presente em casos de crise política.

Com os procedimentos metodológicos explicados, será feita a análise dos resultados obtidos na pesquisa.

Em relação às fontes convidadas para as matérias, pode-se perceber que foram utilizados diferentes nomes para a construção das matérias relativas ao impeachment durante todo o período de recorte, salvo algumas exceções. Algumas fontes repetidas se justificam por conta de sua importância para o processo em si, como a jurista Janaína Paschoal – uma das autoras do pedido de impedimento

aprovado por Eduardo Cunha, no mês de dezembro de 2015. Quanto à pluralidade de vozes, observou-se que, dentre as fontes acionadas, cerca de 80% dos entrevistados eram homens. Dentre eles, cerca de 40% compunham um grupo de especialistas, historiadores, pesquisadores e consultores. Outro grupo importante são os representantes da classe política – ex-presidentes, ministros e parlamentares –, que compunham 25% das fontes masculinas apuradas. Esse dado também reflete a desigualdade de gênero na política, cuja média de ocupação feminina dos cargos eletivos no Brasil é hoje de 14% – nas matérias apuradas, a única mulher utilizada como fonte para este grupo em específico foi a política Marina Silva.

Quanto ao aprofundamento dos textos transmitidos, atestou-se que cerca de 70% das matérias presentes nas temáticas analisadas poderiam ser caracterizadas como reportagens. Rogério Simões, ex-diretor da BBC Brasil, ratificou o compromisso da organização em fornecer textos analíticos para temas de maior complexidade, caso do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Mesmo em matérias de cunho factual, como aquelas presentes na temática “trâmites e negociações no Congresso”, havia a presença de suítes – uma espécie de desdobramento de uma matéria principal, como pode-se constatar na matéria “Supremo inicia análise de rito de impeachment com um voto desfavorável a Dilma⁶⁷”. Também se observou a predominância de manchetes que possuíam termos de contextualização em seu título, como na matéria “Entenda as acusações contra Dilma e sua defesa na comissão de impeachment”⁶⁸.

Outro ponto de análise das manchetes está presente nas matérias em que a BBC Brasil replica opiniões de jornais e revistas internacionais. Tais jornais apresentam uma linha editorial diferente daquelas institucionalizadas pela BBC, o que pode causar discrepância quanto ao material analisado. Quanto à diversidade, os veículos Financial Times e The Economist concentram 45% das opiniões veiculadas pela BBC Brasil no período analisado, contra 55% de outros 10 veículos somados.

⁶⁷ Supremo inicia análise de rito de impeachment com um voto desfavorável a Dilma. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151216_stf_nova_pai_ms>. Acesso em: 11 nov. 2017

⁶⁸ Entenda as acusações contra Dilma e sua defesa na comissão de impeachment. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160402_defesa_dilma_ms_rb>. Acesso em: 11 nov. 2017

Apesar da categoria temática de “Opiniões de jornais e revistas internacionais” compor a menor quantidade de matérias deste estudo, os dados analisados se mostram importantes para o objeto de pesquisa desta monografia. É importante salientar que, como atenta Rothberg (2011), quando algo é evidentemente parcial, é obrigação do jornal em sinalizar às audiências antecipadamente. A BBC Brasil o faz citando o nome do jornal em sua manchete ou subtítulo. Por exemplo: na manchete “Impeachment não é golpe, mas melhor saída é eleição geral, defende 'The Economist'”⁶⁹, há um posicionamento parcial, mas também é mencionado o veículo que defende tal posicionamento.

Quanto à parcialidade, observou-se uma preocupação da BBC Brasil em fornecer uma cobertura equilibrada do processo de impeachment, vide o posicionamento das fontes entrevistadas, a prevalência de reportagens e conteúdos que apontavam uma abordagem objetiva do conteúdo transmitido e a leve discrepância apresentada das matérias em que eram apresentados pontos de vista contrários ou favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff.

Como forma de estabelecer um paralelo entre as coberturas realizadas pela BBC Brasil e pelos grandes veículos de imprensa do Brasil, percebe-se que algumas características analisadas durante a cobertura do escândalo do impeachment pela imprensa comercial brasileira – segundo Oliveira (2016), Antonelli e Ferracioli (2016), Floriani (2017) e Borges (2017) – foram a homogeneização e horizontalidade das informações produzidas pelos veículos, a falta de conectividade dos eventos relacionados ao tema, a parcialidade editorial e o rompimento com o compromisso democrático para o qual foram designadas.

A importância dos escândalos políticos para os veículos de comunicação – por ser uma cobertura lucrativa e com grande apelo popular – e para o papel do jornalista na sociedade – como *watchdog* do interesse público – pode causar distorções em sua cobertura, como fora destacado anteriormente nas análises quanto à cobertura da imprensa comercial brasileira durante o impeachment. Rosa (2004, p. 456) defende que o “modo como a mídia se comporta nos bastidores dos escândalos precisa ser pensado e aperfeiçoado”. Dessa forma, entende-se que os

⁶⁹ Impeachment não é golpe, mas melhor saída é eleição geral, defende 'The Economist'. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160402_defesa_dilma_ms_rb>. Acesso em: 11 nov. 2017

mecanismos utilizados pela BBC Brasil em sua cobertura do processo do impeachment buscam – ainda que não de forma absoluta – desvincular sua cobertura jornalística de características presentes em escândalos midiáticos.

Conforme apontado por Thompson (2002), Kuwae (2006) e Senne (2009), em escândalos com longa exposição midiática, predominam a veiculação de matérias episódicas – com breves relatos factuais sobre determinado assunto, o que mantém o escândalo sob os holofotes da imprensa. Por outro lado, as matérias da BBC Brasil se caracterizam por contextualizar o tema apresentado e possuem textos mais longos. O Instituto Interozes destaca a importância de uma cobertura diferenciada por parte de um serviço público de radiodifusão:

Ao buscar outros parâmetros de qualidade inovadores, diversos e mais profundos, a mídia pública apresenta outros referenciais que podem qualificar a condição do receptor em relação às mensagens dos meios comerciais, seja pela apresentação de outras versões daquela informação, seja pelo estímulo frequente à reflexão crítica acerca dos fenômenos, bem como de seus relatos (2009, p. 35).

Dessa forma, a organização realiza seu papel como *watchdog* do interesse público por outra perspectiva, por meio das características descritas anteriormente. Com base na análise das categorias, acreditamos que a BBC Brasil realizou uma cobertura equilibrada em relação ao impeachment de Dilma Rousseff, seguindo seu compromisso institucional e seu papel também como serviço público de radiodifusão, ao fornecer para seu público uma narrativa mais completa e contextualizada acerca de assuntos complexos – como o impeachment de Dilma Rousseff –, assim como fornecer espaço para diferentes pontos de vista sobre o tema. Contudo, destacamos também o desafio da organização em romper paradigmas quanto à desigualdade de gênero entre as fontes consultadas e atenção à discrepância editorial dos jornais e revistas veiculados no site da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou, por meio de uma análise de conteúdo, compreender de que forma a BBC Brasil realizou a cobertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, durante o período de 25 de novembro de 2015 a 24 de abril de 2016, período correspondente a uma semana antes da aceitação do pedido de impeachment até uma semana após a votação do impedimento pela Câmara dos Deputados.

Este trabalho abordou um acontecimento de extrema relevância para o Brasil, pois foi a segunda vez em que um presidente da república sofreu um processo de impedimento de seu mandato desde a redemocratização do país, no final da década de 1980. Para observar esse acontecimento, buscou-se o olhar de um veículo de comunicação com características diferentes da imprensa tradicional brasileira. Foi utilizada para análise uma empresa pública de comunicação, com alta reputação em qualidade de cobertura jornalística, além de ser um veículo estrangeiro – porém, com atuação no país há quase oito décadas.

A BBC Brasil, mesmo que gerida por outro país, atuou ativamente na cobertura do impeachment, utilizando-se de princípios comuns do jornalismo público – pautado por seus princípios editoriais – e transmitindo o conteúdo produzido para sua sede, em Londres, e para o Brasil, por meio de seus repórteres brasileiros. Buscou-se aproximar neste trabalho outra realidade, um exemplo que, mesmo do outro lado do Oceano Atlântico, une laços com o nosso país há mais de 70 anos.

Neste estudo, por meio do referencial teórico, optou-se por realizar uma análise referente à pluralidade e diversidade das fontes utilizadas pela BBC Brasil durante a cobertura do processo de impeachment; à profundidade dos textos produzidos; à parcialidade – ou não – das matérias; e à espetacularização do conteúdo, por se tratar de um escândalo político com intensa participação midiática.

A análise das matérias permitiu identificar diversos elementos quanto à cobertura da BBC Brasil durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Foi possível inferir que as matérias, por meio de suas fontes, buscaram apresentar o maior número de vozes possível, com poucas repetições de fontes entrevistadas.

Contudo, percebe-se o desafio em prover maior participação de mulheres dentre as fontes, com presença ainda tímida no montante total analisado – cerca de 20%.

É de conhecimento da BBC Brasil a necessidade de promover, em sua rotina noticiosa, uma participação mais expressiva de mulheres e de pessoas negras em suas fontes, o que pavimenta a possibilidade de um aumento desse indicador em coberturas futuras. Tal necessidade se torna ainda mais evidente ao observar o cenário em torno do processo de impeachment, em que a deposição de Dilma Rousseff e seus desdobramentos podem influenciar negativamente na participação de mulheres na política, cujo indicador já é significativamente baixo.

Ao finalizar o estudo, foi possível identificar a presença de reportagens em grande parte do material analisado, o que confirma o compromisso institucional da organização em fornecer, para assuntos de teor mais complexo, uma narrativa mais completa e contextualizada acerca do impeachment. Quanto à parcialidade, observou-se uma tendência da BBC Brasil em produzir jornalismo de forma equilibrada, por meio da produção de matérias em que dois lados eram debatidos, além de trazer análises mais longas de atores envolvidos em todo processo – como juristas, políticos e ex-ministros do governo de Dilma Rousseff e Luís Inácio Lula da Silva. Porém, ao expor em seu site a opinião de outros jornais e revistas internacionais, predominam textos de poucos veículos, cuja linha editorial é diferente da defendida pela BBC. Apesar de a BBC afirmar explicitamente que a opinião veiculada faz parte de outro veículo – e de se tratar de um pequeno conjunto de matérias presente no *corpus* da pesquisa – a discrepância entre a frequência de veículos pode causar distorções quanto ao posicionamento do veículo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados não representam uma conclusão definitiva sobre o tema. Por meio das considerações expostas durante esta monografia, busca-se incentivar o debate acerca da ética jornalística, da atuação da BBC Brasil em si, e da importância de um sistema público de radiodifusão sólido para a consolidação de um regime democrático, com ênfase na promoção do interesse público.

Como componente do sistema brasileiro de radiodifusão, as emissoras comerciais têm total direito a buscar anunciantes e lucrar com a utilização do seu espectro de radiodifusão. Porém, é importante lembrar que essa utilização vem de

uma concessão pública. Dessa forma, existem diversas responsabilidades sociais que envolvem sua utilização. Informar a população de maneira responsável e equilibrada deve ser compromisso de todas as detentoras de veículos, jornais e emissoras, independente de sua inclinação política.

Menos de um ano após a finalização do processo de impedimento, novos escândalos de corrupção se destacam nos noticiários semanalmente, as perspectivas para a economia ainda são incertas e a garantia de direitos – duramente conquistados por muitos brasileiros no passado – encontra-se ameaçada. A gravidade desse processo exige uma postura séria e posicionamento responsável por parte dos atores responsáveis, tanto do executivo, quanto do legislativo, do judiciário, da sociedade civil, da imprensa, da classe empresarial e da população em geral.

Por outro lado, nada vai mudar se não houver uma ação enérgica por parte do Estado em prol do desenvolvimento da Comunicação Pública, em especial da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), tornando-a uma ferramenta independente e efetiva de promoção de uma comunicação cidadã, com diversidade de vozes e conquista gradual de audiência. Que o breve exemplo da BBC Brasil utilizado neste trabalho seja uma ferramenta de reflexão da importância de um sistema – e de uma legislação – de comunicação forte, que poderá proporcionar ao Brasil um ambiente mais unido, propício à manifestação de sua rica cultura e mais seguro para a liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, A.; BARRETOS, D.; CHAGAS, V.; XAVIER, G. Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva. Revista Alceu, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 186-200, jan./jun 2005.

ALMEIDA, Paulo Henrique Soares de. O Brasil na copa do mundo: uma identidade redescoberta. 2014. 196 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A história se repete: análise da cobertura jornalística dos impeachments de Collor e Dilma. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-do-jornalismo/a-historia-se-repete-analise-da-cobertura-jornalistica-dos-impeachments-de-collor-e-dilma/view>>. Acesso em: 9 out. 2017

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009, p. 44.

BBC. About the BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

BBC. Editorial Guidelines. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/guidelines>>. Acesso em: 2 mai. 2017

BBC. Our objectives for 2015/16 - Inside the BBC. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/insidethebbc/howweare/mission_and_values/objectives.html>. Acesso em: 2 mai. 2017

BBC BRASIL. BBC Brasil nasceu em 1938 com notícia sobre Hitler. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/institucional/090120_expediente_tc2.shtml> Acesso em: 10 jun. 2017

BORGES, G. S. Pró ou contra impeachment: análise de conteúdo sobre as manifestações nas capas do jornal O Globo. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15162/1/2016_GabrielaSilveiraBorges_tcc.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017

BRANDÃO, A. L. Impeachment presidencial e a nova instabilidade política na América Latina. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/281/176>> Acesso em: 1 jun. 2017

CARVALHO, A. L. M. A natureza da penalidade no instituto do impeachment contra o presidente da república. 60 f. Monografia – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

CARVALHO, D. B. Impeachment: Fundamento jurídico, decisão política e impacto social. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48317/impeachment-fundamento-juridico-decisao-politica-e-impacto-social>>. Acesso em: 1 jun. 2017

CHAVES, B. S. Previsões da mídia: uma análise da cobertura da imprensa brasileira na Copa do Mundo de 2014. 97 f. Monografia – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

CHRISTOFOLETTI, R. "Ley de Medios pode transformar mídia argentina". Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=23441>>. Acesso em: 5 jun. 2017

CHRISTOFOLETTI, R. O caso do Brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais: (pp. 25-34). Cuadernos de Información, n. 29, p. 25-34, jul./dez 2011.

CORREIA, E. L. História e ficção na narrativa de um escândalo midiático. 410 f. Tese (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

DALPIAZ, J. G. Rotinas e critérios de noticiabilidade: um estudo sobre a produção jornalística da BBC Brasil. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 8, n. 1, p. 213-231, jan./jun 2011.

DUARTE, J. Comunicação Pública - Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3ª ed. São Paulo, SP: Atlas. 2012, 267 p.

FOLHA DE S.PAULO. Como funciona o processo de impeachment. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/03/118995-como-funciona-o-processo-de-impeachment.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

FLORIANI, A. W. O discurso do impeachment de Dilma na Folha de S.Paulo. 207 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2017.

FRANCO, M. L. P. B. Análise do Conteúdo. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora. 2008, 80 p.

GUAZINA, L. Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

INTERVOZES. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Paulus. 2009, 333 p.

JORGE, T. M. A notícia em mutação. Estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital. 397 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

JORGE, T. M. Mcdonaldização do jornalismo, espetacularização da notícia. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 8, n. 1, p. 25-35, jan./jun 2008.

KUWAE, L. H. Y. O papel da mídia na construção do escândalo político. 153 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

LARA, G. D. Desconcentração na comunicação audiovisual argentina: três anos de tensões pela implementação da Lei de Meios. 344 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

LEAL FILHO, Laurindo L. Vozes de Londres: Memórias Brasileiras da BBC. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 256 p.

MARANHÃO, A. C. K. O jornalista brasileiro: convergência e mudança provocada pelas tecnologias da informação e comunicação. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FAC Livros. 2017, 360 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Entenda o caso – Caso Lava Jato. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 30 mai. 2017

MONTEIRO, G. F. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Comunicação Pública - Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo, SP: Atlas. 2009, p. 39.

OFCOM. What is Ofcom? Disponível em: <<https://www.ofcom.org.uk/about-ofcom/what-is-ofcom>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

OLIVEIRA, G. P. Rádio e internet: o uso de sites pelas emissoras públicas de radiodifusão sonora. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

OLIVEIRA, H. M. G. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9369>>. Acesso em: 8 out. 2017

PAKULA, A. J. All the President's Men (Todos os Homens do Presidente), 1976. [Filme]. Produção de Walter Coblenz, direção de Alan J. Pakula. Warner Bros., 138 min.

PALÁCIO DO PLANALTO. Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 mar. 2017

PALÁCIO DO PLANALTO. LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acesso em: 16 mar. 2017

PINHEIRO, E. B. B. Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil: considerações sobre suas condições de origem e perspectivas. Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG, v. 07, n. 01, pp. 35-59, jan./jun. 2015

RIBEIRO, Mariana Schreiber. Entrevista concedida a Matheus Fernandes Ferreira de Oliveira. Brasília, 23 mar. 2017.

ROSA, M. A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. 3ª ed. São Paulo: Geração Editorial. 2004, 527 p.

ROTHBERG, D. Jornalismo público: informação, cidadania e televisão. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2011, 212 p.

SENADO NOTÍCIAS. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 17 mar. 2017

SENNE, F. J. N. Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise de cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do

enquadramento. 138 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

THOMPSON, J. B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis: Vozes, 2002. 325 p.

UEMA, J. K. Processo de impeachment é julgamento político com balizas jurídicas. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-19/jean-uema-impeachment-julgamento-politico-balizas-juridicas>>. Acesso em: 1 jun. 2017

WILDER, B. Ace in the Hole (A montanha dos Sete Abutres), 1951. [Filme]. Produção de Billy Wilder, direção de Billy Wilder. Paramount Pictures, 111 min.

WIMMER, M. Direitos, democracia e acesso aos meios de comunicação de massa. 310 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.